

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA

THALITA SOUZA ROCHA

**O PROCESSO DE TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL
E NA EMPRESA PRIVADA DA GRANDE VITÓRIA**

VITÓRIA
2017

THALITA SOUZA ROCHA

**O PROCESSO DE TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL
E NA EMPRESA PRIVADA DA GRANDE VITÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Elisângela Maria Marchesi

VITÓRIA
2017

THALITA SOUZA ROCHA

**O PROCESSO DE TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL
E NA EMPRESA PRIVADA DA GRANDE VITÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Católico de Vitória, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof.^a. – Orientadora Elisângela Maria Marchesi

Prof.^a. Alaisa de Oliveira Siqueira

Assistente Social Hingridy Fassarella Caliarí

Dedico esse trabalho a toda minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Família, essa é mais uma conquista em que passamos juntos, estou me formando, mas depois de Deus eu devo tudo a cada um de vocês. Ao meu pai que não mede esforços para me ajudar, a minha mãe que sempre me apoia em todas as decisões e ao meu irmão a quem tenho o dever de ser um exemplo, mesmo com toda dificuldade, vocês me ensinaram a correr atrás dos meus sonhos de cabeça erguida e com muito respeito ao próximo. Muito obrigada por terem me aturado quando estava ficando difícil, mas obrigada mais ainda porque vocês acreditaram.

Foram quatro anos, lembro-me do primeiro dia como se fosse ontem, o nervosismo de está na faculdade, as dúvidas, as expectativas. E tudo aconteceu da melhor forma possível, erreí muito e também acertei muito, conheci pessoas maravilhosas que me trouxeram grandes aprendizados, especialmente quatro mulheres que posso chamar de amigas, Aveline, Joyce, Natália e Helena meu bando, sem vocês não teriam a mesma graça e não faria sentido, obrigada amigas. Em especial quero agradecer a Aveline que quando o meu notebook estragou e eu estava desesperada me emprestou o dela para eu concluir meu TCC, obrigada amiga sem você teria sido muito mais difícil.

Nesses quatro anos eu chorei, sorri, dei muitas gargalhadas, achei que não ia conseguir e me surpreendi. Descobri que o Serviço Social era muito mais do que eu imaginava e em nenhum momento me arrependo de ter escolhido a profissão. O meu muito obrigada também vai para os meus professores e professoras, que tiveram paciência e persistência para me ensinar e acreditaram no meu potencial, em especial minha orientadora Elisângela Marchesi, vocês são demais, obrigada por transmitirem o conhecimento de uma maneira tão humilde e incrível.

Agradeço ao Arthur Santana, que me deu maior apoio e nos dias em que estava desesperada me acalmou dizendo que era possível e que eu era capaz, você foi fundamental nesse processo. Agradeço aos meus familiares e amigos que contribuíram de uma forma especial para essa formação. E o meu maior agradecimento é para o Ser que mais admiro e que mais amo na minha vida, DEUS, o que me escutou e tornou esse sonho real, Te amo, obrigada por tudo. Hoje posso dizer que sou uma Assistente Social e tenho muito orgulho disso, ainda não me sinto pronta e isso não é um ponto final, mas um começo de uma grande história.

“Sonhei, Conquistei, cheguei aqui, chorei, mas em paz eu vou dormir. É por isso que eu canto, pois eu sei em quem confio, se eu canso me levanto, pois eu amo desafio”.

Marcela Taís.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática O Processo de Trabalho da Assistente Social na esfera estatal e na empresa privada da Grande Vitória. Neste sentido como conteúdo teórico foi abordado a trajetória do Serviço Social brasileiro nesses 80 anos de profissão, o debate acerca da categoria trabalho na visão de Marx e o processo de trabalho do Serviço Social, considerando que as mudanças do mundo do trabalho, em consequência do avanço do sistema capitalista, atingiram os processos de trabalho do Assistente Social, como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho ao empregador. O objetivo geral deste TCC é descrever o processo de trabalho da assistente social na esfera estatal e na empresa privada. A metodologia utilizada nesse estudo foi através de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, realizada através de uma entrevista semiestruturada, para o tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Mediante ao objetivo geral deste trabalho, conclui-se que as falas das entrevistadas não permitem uma descrição aprofundada acerca do processo de trabalho, não abrangendo todos os elementos do processo de trabalho de acordo com Marx, sendo este entendido como um conjunto de técnicas.

Palavras-chave: Processo de Trabalho. Serviço Social. Assistente Social.

ABSTRACT

The present work has as a theme The Social Worker's Work Process in the state sphere and in the private company of Greater Vitória. In this sense, as theoretical content, the trajectory of the Brazilian Social Service in these 80 years of profession was discussed, the debate about the category of work in Marx's vision and the work process of Social Work, considering that the changes of the world of work, as a consequence of the advancement of the capitalist system, have reached the work processes of the Social Worker, as a salaried worker who sells his work force to the employer. The general purpose of this CBT is to describe the social worker's work process at the state level and in private enterprise. The methodology used in this study was through an exploratory research with a qualitative approach, performed through a semi-structured interview, for the data treatment, content analysis was used. Through the general objective of this work, it is concluded that the interviewees' statements do not allow an in-depth description of the work process, not covering all the elements of the work process according to Marx, being understood as a set of techniques.

Keywords: Work process. Social Service. Social Worker.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	21
2.2 A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE	39
2.3 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.....	57
3 METODOLOGIA	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	57
4.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL E EMPRESA PRIVADA.....	58
4.2 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA EMPRESA PRIVADA.	62
4.3 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA ESFERA ESTATAL	64
4.3.3 A materialização do Projeto ético-político do Assistente Social	69
4.4 DEMANDAS POSTAS PELA INSTITUIÇÃO AOS ASSISTENTES SOCIAIS E AS DEMANDAS DOS USUÁRIOS NA ESFERA ESTATAL	70
4.5 DEMANDAS POSTAS PELA INSTITUIÇÃO AOS ASSISTENTES SOCIAIS E AS DEMANDAS DOS USUÁRIOS NA EMPRESA PRIVADA	73
4.6 OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTAL E NA EMPRESA PRIVADA.....	75
4.7 COMO TRABALHADORES ASSALARIADOS OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA NA ESFERA ESTATAL E NA EMPRESA PRIVADA.....	76
4.8 A VISÃO DO EMPREGADOR NO QUE SE REFERE À VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS DOS USUÁRIOS.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	87

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	91
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	93

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como temática, O Processo de Trabalho do Assistente Social na esfera estatal e na empresa privada da Grande Vitória, o objetivo da pesquisa é descrever O Processo de Trabalho da Assistente Social¹ na esfera estatal e na empresa privada, tendo como objetivos específicos, identificar as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético-político, identificar as demandas postas aos assistentes sociais na esfera estatal e na empresa privada e identificar os desafios no exercício profissional.

A justificativa na escolha do tema foi o contato com a disciplina de processo de trabalho e a oportunidade de inserção da pesquisadora como estagiária nesses espaços de empresa privada e esfera estatal, verificando que por mais que as instituições e os contratantes fossem diferentes os desafios enfrentados pelo Serviço Social se assemelhavam em vários sentidos. Nesta perspectiva se deu a escolha do tema com o objetivo de apresentar ao leitor de que forma se descreve o processo de trabalho nesses espaços.

Será apresentado nesse TCC a problematização teórica, apontando os objetos necessários para a construção da pesquisa, onde no decorrer do texto são discutidas as duas principais categorias teóricas: a Trajetória do Serviço Social brasileiro, o seu surgimento na década de 1930 atrelado às classes que mantinham o poder juntamente com o Estado e com a Igreja Católica; o processo de renovação do Serviço Social e os acontecimentos históricos que possibilitaram o rompimento com o caráter conservador; sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e o contato com a Ética e a política sendo possível a construção do Código de ética profissional e do Projeto ético-político do Serviço Social.

A outra categoria abordada é o debate acerca da categoria Trabalho, conceituando o significado do trabalho, os elementos do processo de trabalho, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e como o processo de trabalho está organizado hoje nos moldes da sociedade capitalista, tendo como base a perspectiva marxista. Considerando que para entendermos o processo de trabalho do assistente social é

¹ Considerando que essa profissão é constituída majoritariamente por profissionais do sexo feminino, utilizaremos como temática para esse TCC, O Processo da Assistente Social na esfera estatal e na empresa privada da Grande Vitória.

necessário que entenda a categoria trabalho, compreendendo que as metamorfoses do mundo do trabalho atingiram o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Neste sentido abordaremos como o Serviço Social se insere em processos de trabalho, partindo do pressuposto de acordo com (MARX, 2013) de que todo processo de trabalho necessita de uma matéria prima e de instrumentos, abordaremos o objeto a qual o Serviço Social se apropria, os meios para efetivação desse trabalho, considerando que o trabalho do Assistente Social é sob a realidade e que as mudanças desta acarretará no modo como o profissional vai intervir.

Abordaremos também nesses capítulos teóricos as discussões sobre a instrumentalidade, a visão de instrumentos como um conjunto de técnicas, a relação entre teoria e prática, os impactos causados pela reestruturação produtiva ao Serviço Social como um trabalhador que vende sua força de trabalho para as instituições que o contrata e o desafio profissional diante dessa reestruturação do sistema capitalista.

A metodologia utilizada se deu em uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e o método utilizado para a coleta de dados foi por meio de entrevistas semiestruturadas realizada com dois profissionais de Serviço Social, sendo um na esfera estatal e outro na empresa privada da Grande Vitória não sendo identificadas as instituições e as identidades dos profissionais.

Em seguida traremos os resultados e discussão onde teremos a finalidade de responder aos objetivos desse trabalho a partir das entrevistas realizadas aos profissionais de Serviço Social, respondendo de que forma esses profissionais entendem seu processo de trabalho nas instituições e como eles respondem as demandas das instituições empregadoras e as dos usuários, tendo a possibilidade de discutir os desafios enfrentados no ambiente profissional, os desafios encontrados no exercício da autonomia como um trabalhador assalariado e como se processa a viabilização de direitos dos usuários e a visão do empregador referente a essa viabilização.

A importância social e científica deste Trabalho de Conclusão de Curso se dá na construção de um tema que é pouco discutido por alunos em formação e pelos profissionais de Serviço Social, tendo a relevância que entender o processo de

trabalho do assistente social é essencial para formação do acadêmico e para intervenção dos profissionais diante da Questão Social e de suas múltiplas expressões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Considerando que esse Trabalho de Conclusão de Curso irá abordar sobre o processo de trabalho do Serviço Social, buscamos nesse item apresentar a trajetória do Serviço Social nesses 80 anos de profissão e como hoje se insere na divisão social e técnica do trabalho.

As décadas de 1920 e 1930 deram o marco para o surgimento do Serviço Social no Brasil. O avanço no processo de industrialização na década de 1920 e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em uma sociedade em que era recente o fim da escravidão, resultaram no aumento dos conflitos sociais, entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O proletariado vivenciou um momento de exploração da sua força de trabalho por meio do capital, tendo o mínimo necessário para sua sobrevivência, intensificando assim a chamada “questão social”, que apareceu no cenário com o surgimento da mão de obra de trabalho livre (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

[...] a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Diante deste cenário os operários reivindicavam seus direitos, o que ocasionou uma ameaça à sociedade burguesa no que se referia aos seus valores na manutenção da ordem pública. Em resposta as manifestações do proletariado, a burguesia foi pressionada a tomar providências, surgindo uma necessidade de controle social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A dominação burguesa implica a organização do proletariado, ao mesmo tempo em que implica sua desorganização enquanto classe. A tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompem a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado de trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle (IAMAMAOTO; CARVALHO, 2014, p. 141).

Nesse período pós aos movimentos sociais, a Igreja Católica estava perdendo o poder devido ao crescimento da burguesia ligada ao complexo cafeeiro, principal fonte de acumulação do sistema capitalista nesta década. A burguesia exercia uma grande influência na sociedade, as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento do capital e da classe dominante fez com que a Igreja buscasse seu espaço, sendo denominado esse momento como de Reação Católica. Essa “reação” da igreja ocasionou na relação com o Estado a favor da burguesia, que trabalhavam para

manter a ordem social, onde exerciam a tarefa de disciplinar os operários (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O fim da década de 1920 é [...] marcado pela decadência da economia cafeeira cuja crise, afora certos intervalos, se prolongará ainda por mais de uma década e pelo amadurecimento das contradições econômicas e complexidade social geradas pelo desenvolvimento capitalista realizado sob a égide da expansão do café (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 158).

É nesse processo histórico em que surge o Serviço Social na década de 1930 como resposta da classe dominante atrelado a Igreja Católica tendo como base o Serviço Social europeu (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Penetrando em sua essência e desvendando a complexa trama de articulações que o envolveram, o que se tem é o seu caráter estratégico, é a sua natureza de projeto conservador, burguês, impregnado pela concepção de política e de ação social produzidas pela visão de mundo da burguesia (MARTINELLI, 2003, p. 123-124).

O Serviço Social, ao contrário das Leis Sociais que foram conquistas do proletariado, através de manifestações e lutas pelo reconhecimento de sua cidadania foi no seu início constituído por grupos da burguesia, a classe dominante, sendo considerado uma imposição para atender as demandas desta classe (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Na década de 1930 surgem as protoformas do Serviço Social que tiveram suas bases nas obras sociais e instituições criadas após o fim da Primeira Guerra Mundial, estas trazem os fundamentos para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materialistas e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 177).

Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Através do CEAS foi criado o primeiro curso de preparo para ação social que foi nomeado de Curso Intensivo de Formação para Moças, ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux de Bruxelas. As primeiras alunas do curso eram moças da burguesia paulista que participavam de atividades assistenciais e que compunham os movimentos militantes da Igreja Católica (MARTINELLI, 2003).

De certa forma, através desse curso, abria-se a possibilidade de a mulher paulista marcar sua presença no processo político que se desenrolava em seu próprio Estado. Embora dirigido como primeira iniciativa a um grupo pequeno e selecionado, dele se esperava um grande efeito multiplicador, aliado a uma ampliação de seus resultados pelo próprio Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (MARTINELLI, 2003).

A formação nesta época era doutrinária e assistencialista, as primeiras áreas de atuação foram em 1932 nos Centros Operários e Círculos de Formação para moças e no Departamento Estadual do trabalho, onde exerciam a função de inspetores do trabalho de menores e mulheres. No ano de 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado, que mais tarde recebeu o nome de Departamento de Serviço Social, sendo considerada a primeira legislação com esse caráter no país que mais a diante vão se concentrar a ação da maioria dos assistentes sociais em exercício (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), O Departamento tinha a função de:

a) superintender todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebrar, para realizar seu programa, acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções e matricular as instituições particulares realizando seu cadastramento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 185).

A primeira escola de Serviço Social no país é fundada em 1936 na cidade de São Paulo, através das iniciativas do CEAS que buscava uma formação técnica especializada. Nesse período surgiram novas demandas, diferentes das existentes pela ação social católica, sendo estas advindas do Estado em respostas à questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

[...] quando em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social, esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois, já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado, que assimilará a formação doutrinária própria do apostolado social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 186).

Através dessa formação técnica e especializada ocorreram mudanças na escola de Serviço Social, onde o CEAS se junta ao Departamento de Serviço Social e criam os Centros Familiares, que vai exigir uma reforma no currículo das escolas sendo acrescentadas as disciplinas de pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos para o Curso intensivo de Formação Familiar (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No Rio de Janeiro o Serviço Social surge a partir da Primeira Semana de Ação Social em 1937, O Rio nesta época era a atual capital do Brasil e com um grande

desenvolvimento industrial, sendo uma cidade onde os serviços assistências tiveram um grande desenvolvimento por parte do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

“Em 1938, será organizada a Seção de Assistência Social, que, tendo por finalidade ‘realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida’ [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 185). As pautas dessa seção foram: O Serviço Social dos Casos Individuais, a Orientação técnica das Obras Sociais, o Setor de Investigação e Estatísticas e o Fichário Central de Obras e Necessitados. Sendo escolhido como metodologia o Serviço Social de Casos Individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), que consistia em:

[...] “estimular o necessitado, fazendo-o participar ativamente de todos os projetos que se relacionam com seu tratamento [...] utilizar todos os elementos do meio social que possam influenciá-lo no sentido desejado, facilitando sua readaptação” e propiciar um auxílio material reduzido ao mínimo indispensável, “para não prejudicar o tratamento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 185- 186).

O discurso do Serviço Social era baseado na caridade e no ajustamento dos indivíduos, sendo estes responsabilizados pelas condições as quais estavam vivenciando. Os trabalhos desenvolvidos pelos assistentes sociais eram com famílias operárias, voltado para mulheres e crianças com o objetivo de fortalecerem a formação moral e doméstica. Nessa década também os profissionais estavam atuando na assistência e tinha o enfoque para a pesquisa social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Enquadrando-se na proposição da hierarquia católica de recuperar e reafirmar sua presença na sociedade civil enquanto principal agência de controle ideológico da sociedade burguesa, capaz de incluir o proletariado num sistema consensual, o Serviço Social adquire, de forma ainda mais explícita, suas conotações ideológicas. Permite-lhe ampliar o universo conceitual de assistência, projetando intervir na formação moral e social do proletariado, ou seja, em sua consciência, a partir do cotidiano de sua existência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 225).

A década de 1940 é marcada pelo surgimento de outras escolas de Serviço Social nas capitais dos Estados brasileiros, com a influência católica e das escolas de Serviço Social de São Paulo e Rio de Janeiro, porém as formações destas escolas estavam em processo, não conseguindo a conclusão na formação dos alunos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A influência norte-americana surge no Brasil no ano de 1941 através do Congresso Interamericano nos EUA trazendo mudanças nos currículos das escolas de Serviço

Social no Brasil, sendo introduzida para a escola de São Paulo a matéria de Serviço Social de Casos Individuais. Nos Estados Unidos os cursos de Serviço Social de casos, grupo e comunidade já estavam sendo aplicados, trazendo uma maior especialização ao curso de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O que diferenciava da influência europeia era que esta focava na Assistência Social, já o enfoque da norte-americana era o ensino específico de Serviço Social. Após o contato com a influência norte-americana o discurso do Serviço Social baseado na moral é substituído por um discurso baseado na análise psicológica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil é fundada no ano de 1944 sendo originado do curso de Preparação em trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery. São Paulo e Rio de Janeiro foram os únicos estados até o ano de 1947 que conseguiram ter seus alunos diplomados, sendo a maioria mulheres (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

[...] as escolas católicas de Serviço Social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) haviam diplomado 40 Assistentes Sociais. As duas de São Paulo, 196, e o Curso de Trabalho Social da Escola de Enfermagem Ana Nery, 9, até 1949, não se possuindo o número exato dos formandos pela Escola Técnica de Serviço Social, presumivelmente bastante reduzido (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 198).

No ano de 1947 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social desenvolvido pelo CEAS, nesse congresso foi discutida a preparação para o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social que seria realizado no Brasil. O 1º Congresso Pan-Americano foi realizado no ano de 1945 no Chile, onde o tema foi a formação para o Serviço Social. Em 1949 foi realizado o 2º Congresso Pan-Americano na cidade do Rio de Janeiro tendo como tema “O Serviço Social e a Família” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O tom das discussões, debates e teses apresentados no transcorrer desse Congresso, pouco se diferenciam relativamente ao Congresso de 1945 e ao de 1947. Apenas algumas poucas manifestações podem ser consideradas como inovadoras e precursoras de futuras tomadas de posição da instituição ou contestadoras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 351).

O discurso do Serviço Social estava mais baseado na psicologia e na técnica, foi entendido que Assistente Social, não era um cientista, mas um profissional que utilizava de técnicas que se baseavam na ciência, mesmo tendo um discurso menos doutrinário, a formação moral continuou sendo um principal elemento no trabalho do Serviço Social com o proletariado. Foi discutido também neste Congresso o Serviço

Social de Casos Individuais e a necessidade de utilização do Serviço Social de Grupo e Comunidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Discutiu-se neste Congresso que fosse analisado a conjuntura em que o Brasil estava passando e não ser o Serviço Social brasileiro apenas cópia do que estava sendo realizado nos Estados Unidos, a preocupação nesta época estava no avanço do Comunismo, segundo os participantes, o desenvolvimento do Comunismo e a situação de crise a qual o proletariado estava enfrentado causaria um desajustamento coletivo, o que colocou em análise a eficácia do Serviço Social de Casos Individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A defesa do Serviço Social dos Casos Individuais polariza a discussão das questões levantadas nessa tese. O plenário rejeita maciçamente a crítica ao Serviço Social dos Casos Individuais, situando seu caráter básico e fundamental dentro do Serviço Social, e sua compatibilidade enquanto método, com qualquer situação de desajustamento. Se as técnicas de Grupo e Comunidade vem tendo sua importância acrescida, a pesquisa e o Serviço social dos Casos Individuais continuam sendo a base do diagnóstico e do tratamento em Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 353).

Esses três Congressos realizados na década de 1940 foram caracterizados por uma série de questionamentos para a profissão, sendo estes relacionados à formação para o Serviço Social, o papel do Assistente Social, a quem ele deveria servir bem como seus objetivos e objeto e a discussão sobre ciência e técnica. As mudanças na realidade ocasionaram em inseguranças e dúvidas para o profissional o que atropelavam suas intervenções (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Por outro lado, buscou-se por uma legitimação da profissão e uma ampliação do campo profissional, fazendo com que os assistentes sociais lutassem pelo seu reconhecimento nos cargos ocupados dentro do aparelho do Estado e no equipamento assistencial. O Serviço Social se mostrou com os mesmos ideais da classe dominante demonstrando nesse sentido sua capacidade de atuar sobre os problemas sociais existentes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No final da década de 1940 a atuação do Serviço Social se expande para área das grandes empresas, atuando nas grandes instituições e programas voltados a população rural, adquiriu-se também maior reconhecimento no campo da assistência, mostrando-se mais técnico e sistematizado. O Serviço Social brasileiro continuava com a influência norte-americana, sendo sua atuação voltada para o

tratamento e os desajustamentos tendo como referência a psicologia e a psiquiatria (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Na década de 1950 o Serviço Social de Grupo foi utilizado no SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio), LBA (Legião Brasileira de Assistência), em escolas, favelas etc., utilizavam a abordagem de grupo para estudarem os problemas psicossociais dos participantes relacionando com os problemas estruturais da realidade social vivenciada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Nesse período o Desenvolvimento de Comunidade estava sendo pouco utilizado, foi necessária a realização de seminários inspirados nas experiências dos norte-americanos para que o Desenvolvimento de Comunidade se fortalecesse e fosse utilizado como política social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Serviço Social começou a expandir seu meio profissional na década de 1960, passando por um processo de modernização e aperfeiçoamento em suas ações. Surgiram novas funções de ocupação sendo estas na coordenação e no planejamento que trouxeram maior visibilidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). O país estava vivenciando nesta década o desenvolvimentismo janista que tinha sua ideologia em “diminuir a pobreza para que a democracia se faça no plano econômico e a nação possa constituir um todo harmônico e equilibrado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 365).

O discurso janista estava atrelado ao conservadorismo que se aproximava muito da linguagem em que o Serviço Social estava aliado, um discurso baseado no Poder e em defesa das demandas da classe dominante e do Estado, neste sentido em respostas ao desenvolvimento da questão social, o Serviço Social estava preocupado em sintonizar suas ações para a defesa dos interesses da classe que mantinham o poder junto ao Estado. É diante dessa realidade em que o Serviço Social começa a se desenvolver seu meio profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Como podemos perceber de acordo com os autores Iamamoto e Carvalho (2014) o Serviço Social brasileiro inicia e desenvolve sua trajetória a partir das demandas da classe dominante, do Estado e da Igreja Católica que mantinham o poder sobre o proletariado. Em seu primeiro momento o Serviço Social teve a influência europeia e

seu caráter era baseado na moral, mais tarde ele se apropria da influência norte-americana com o discurso baseado em métodos psicológicos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Podemos observar que desde o fim da escravidão no país, intensificado na década de 1930 com a revolução industrial e com o desenvolvimento do modo de produção capitalista os operários (a chamada classe trabalhadora atualmente) sempre tiveram seus trabalhos precarizados e vemos o Estado com uma instituição que sempre se negou diante dos problemas enfrentados pela sociedade, sua intervenção sempre esteve voltada aos seus interesses e aos dos grupos que compunham a classe dominante no país, tanto que o Serviço Social, como já mencionamos, não foi fruto das manifestações do operariado, pelo contrário tinha o papel de ajustamento do indivíduo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A seguir iremos descrever como foi o processo de renovação e os acontecimentos históricos que contribuíram para o rompimento com o conservadorismo que até no final da década de 1970 de acordo com Netto (2011) e Iamamoto; Carvalho (2014) continua atrelado ao Serviço Social que após esse período se insere na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2004). Iniciando assim o seu processo de trabalho que é o enfoque principal desta pesquisa.

A década de 1960, especificamente pós 1964, foi o período em que o Serviço Social brasileiro iniciou o seu processo de renovação, uma década marcada pela ditadura e pelo ciclo autocrático burguês que trouxeram novas condições para as práticas profissionais (NETTO, 2011). Segundo Netto (2011, p. 117):

Salientar o vínculo entre a autocracia burguesa e a renovação do Serviço Social não é o mesmo que sugerir que a estratégia e o sentido da ditadura jogaram, intencional e prioritariamente, na erosão e na deslegitimação das formas profissionais consagradas e vigentes à época da sua emergência e consolidação. Pelo contrário: até o final da década de sessenta, e entrando pelos anos setenta inclusive, no discurso e na ação governamentais há um claro componente de validação e reforço do, que noutro lugar, caracterizamos como Serviço Social tradicional.

O autor aponta que o tradicionalismo a qual a profissão se manteve até a década de 1970 atendia a duas necessidades diferentes, a de manter o profissional no trabalho com as políticas sociais fortalecendo o caráter não contestador a ordem dominante e (NETTO, 2011) [...] “ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às

estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente [...]” (NETTO, 2011, p.118).

A autocracia burguesa apesar de fortalecer o conservadorismo que envolvia a profissão trouxe uma transformação ao meio profissional, mudanças estas ocasionadas na sociedade e na reorganização do Estado que atingiram o Serviço Social na formação e na prática onde ampliou e consolidou o campo de atuação dos assistentes sociais que começaram a atuar em espaços geridos pelo capital e não apenas nos campos estatais (NETTO, 2011).

Outro apontamento foi a laicização, um dos fatores que também contribuíram para a renovação do Serviço Social, tal processo de rompimento com a influência religiosa se deu no âmbito da modernização conservadora através do desenvolvimento do capital. As demandas da autocracia burguesa não foram os únicos acontecimentos históricos que atingiu o Serviço Social nesse período (NETTO, 2011), [...] “mas também núcleos e vetores que segregavam elementos de oposição e contestação” (NETTO, 2011, p. 129). Em relação ao regime autocrático burguês Netto (2011, p. 129) ressalta que:

[...] instaurando condições para renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.

Segundo Netto (2011) na América Latina o Serviço Social também passava pelo processo de rompimento com as práticas tradicionais que vai atingir o Serviço Social brasileiro, sendo relacionado este momento com o contexto histórico a qual o mundo vivenciava. A partir de 1965 ocorre o chamado Movimento de Reconceituação um importante acontecimento para a profissão de Serviço Social.

“[...] a reconceptualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (NETTO, 2011, p. 146). No movimento de Reconceituação o Serviço Social começou o questionamento acerca das práticas dos profissionais, das respostas dadas as manifestações da questão social que estavam surgindo, questionando sobre a eficácia na atuação destes profissionais em relação às novas demandas que surgiam das classes subalternas (NETTO, 2011).

“É este movimento, localizável praticamente em todos os países ao Sul do Rio Grande, que permite uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 146). É importante, pois destacar esses acontecimentos latino-americanos para se entender de que forma estes impactam no Serviço Social brasileiro (NETTO, 2011).

A partir do Movimento de Reconceituação os assistentes sociais brasileiros começaram a promover encontros com o objetivo de discutirem a profissão e o seu modo de atuação no meio profissional. E em 1967 aconteceu em Minas Gerais na cidade de Araxá o primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, promovido pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) (NETTO, 2011).

Neste seminário 38 assistentes sociais se reuniram e formularam o Documento de Araxá, onde se propuseram a discutirem a natureza e a operacionalidade da profissão (NETTO, 2011). “Embora expressamente preocupado com uma anunciada “teorização do Serviço Social” o Documento de Araxá não a enfrenta explicitamente” (NETTO, 2011, p.176). O Documento de Araxá como aponta Netto, não rompe com tradicionalismo (NETTO, 2011).

Vale dizer: a ausência de uma explicação teórico-metodológica rigorosa não equivale à ausência de uma dada orientação teórica e metodológica; assim, na afirmação da perspectiva modernizadora, a composição de vetores teórico-metodológicos e ideoculturais diversos se garante em indicativos práticos-operacionais que não deixam de conter feixes de colisões (NETTO, 2011, p. 177).

Em 1970 aconteceu o Segundo Seminário de Teorização de Serviço Social que resultou no Documento de Teresópolis, sendo realizado na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro, contou a presença de 33 profissionais e se propôs a discutir a aplicação da metodologia do Serviço Social e a concepção científica da prática (NETTO, 2011).

As formulações constitutivas do Documento de Teresópolis, apreciadas globalmente, possuem um tríplice significado no processo de renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” – e, com toda essa carga, repõem em nível mais complexo os vetores que deram a tônica na elaboração de Araxá (NETTO, 2011, p. 192).

A perspectiva modernizadora, que ora se apresenta a partir da década de 1960, debatida nos seminários de Araxá e de Teresópolis é a primeira das três direções descrita pelo autor que trouxeram as principais bases para a renovação do Serviço

Social. Nesta perspectiva o Serviço Social tradicional é enfraquecido o que torna mais evidente esse processo de renovação para o meio profissional. Porém vale ressaltar que o intuito de tal perspectiva era de adequar o Serviço Social ao contexto em que a ditadura deixou para o país, neste sentido, os seminários abordados fortaleceram essa ordem capitalista, sendo assim a profissão não rompeu com o conservadorismo (NETTO, 2011).

Em meados da década de 1970 o Serviço Social brasileiro inicia um importante avanço no campo universitário, em torno da profissão iniciou o debate teórico-metodológico onde a formação ganha um importante destaque para a área da pesquisa e da investigação, é nesse contexto em os assistentes sociais se tornam mais intelectuais e começam a se desvincular das práticas pragmáticas. A renovação do Serviço Social é emergente, a autocracia burguesa na tentativa de fazer com que o Serviço Social atendesse às suas demandas ao mesmo tempo oportunizou a formação de um grupo crítico para os assistentes sociais (NETTO, 2011).

Em 1975 o autor aponta que o Movimento de Reconceituação começa a se atrelar aos pensamentos Marxistas, no começo ele afirma que esse reconhecimento dos ensinamentos de Marx por parte dos assistentes sociais é confundido e ainda possui algumas influências neopositivistas, mas resalta que foi o primeiro contato da profissão com a tradição marxista (NETTO, 2011).

Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista este aspecto –, o principal é que, a partir de então, criam-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2011, p. 149).

No ano de 1978 e em 1984 na cidade do Rio de Janeiro foram realizados dois Seminários que deram origem aos Documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, ao contrário dos anteriores estes não trouxeram muitas contribuições teóricas para a profissão, mas através destes foi possível enxergar o deslocamento da perspectiva modernizadora que não saiu de cena de fato neste período, mas não recebia mais o enfoque a qual lhe era dado (NETTO, 2011).

[...] o exame dos resultantes do Sumaré e do Alto da Boa Vista patenteia que o processo de renovação profissional já transitava por outros condutos e envolvia outros protagonistas. Mas foi ainda no seu marco que se

explicitou a segunda direção do processo renovador, sobre a qual nos deteremos em seguida (NETTO, 2011, p. 201).

Foi através destes seminários que a segunda perspectiva entrou no cenário a chamada reatualização do conservadorismo, nela o tradicionalismo passou por uma transformação se reatualizando, a vertente se apropriou da fenomenologia e tinha sua crítica ao pensamento positivista e a tradição marxista. Foi uma perspectiva que investiu em conteúdo teórico e o que diferenciava suas práticas das tradicionais antigas do Serviço Social era a sua visão de homem e de mundo uma visão de transformação social e um posicionamento ético cristão voltado à motivação e a práticas psicológicas (NETTO, 2011).

E por fim a terceira vertente do Movimento de Reconceituação, a intenção de ruptura, essa perspectiva esteve envolvida no campo universitário, o autor aponta que foi a única vertente que mais se aproximou da intenção da Reconceituação. Até a década de 1970 a intenção de ruptura vai ser apenas discutida no âmbito da universidade, somente na década de 1980 que seu debate aparece no cenário dos profissionais de Serviço Social (NETTO, 2011).

O que diferiu a intenção de ruptura das outras vertentes citadas acima foi seu caráter contestador a autocracia burguesa, inclusive ela também criticava as outras vertentes, pois as outras fortaleciam de alguma forma as práticas conservadoras. O autor aponta que a intenção de ruptura passa por dois momentos importantes na sua construção: o método BH e as contribuições da autora Yamamoto. O método BH foi realizado em Belo Horizonte, na Universidade de Minas Gerais. Segundo Netto, suas contribuições foram (NETTO, 2011):

[...] além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2011, p. 276-277).

O método BH foi o único documento que contribuiu para o rompimento com as práticas conservadoras e que se aproximou dos ensinamentos marxistas, construindo um arcabouço teórico sistematizado capaz de intervenção. O método se propôs a definir o objeto de atuação do Serviço Social, sendo ele a “ação social da classe oprimida” sendo esta “classe oprimida” a classe trabalhadora (NETTO, 2011). “A ele sincronizam os objetivos profissionais: o objetivo meta – ‘a transformação da

sociedade e do homem’ – e os objetivos – ‘a conscientização, a capacidade e a organização” (NETTO, 2011, p. 279).

O autor aponta que existiram algumas críticas a essas definições reconhecidas pela equipe autora do documento como: a definição do objeto como ação social da classe trabalhadora, percebeu-se que era necessário uma análise da realidade e que esse objeto não atenderia um todo. Em relação à transformação da sociedade e do homem, faltava um padrão societário que substituísse o vigente e havia um desconhecimento do socialismo. Porém, mesmo com essas críticas esse documento contribui para a formação de um quadro profissional sendo este dividido em três dimensões (NETTO, 2011):

[...] política (com a capacidade de analisar a sociedade como um campo de forças contraditórias), teórica (com a aquisição do acúmulo existente e da habilitação investigativo-sistematizadora) e interventivamente (com aptidão para enfrentar eficientemente a prática profissional estrita) (NETTO, 2011, p. 289).

O outro momento importante para construção dessa vertente como já foi citado foram as contribuições de lamamoto, a autora contribui para entender de que forma o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, entender as relações sociais que interpassam a profissão, tendo como base de sua interpretação o Marxismo (NETTO, 2011).

[...] ela consiste no primeiro trabalho rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional qualificando-o teórica e politicamente (NETTO, 2011, p. 301).

lamamoto e Carvalho (2014) apontam que o reconhecimento do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, está atrelado ao Estado, ao desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial e as consequências desta relação entre capital e trabalho as chamadas expressões da questão social que vai explicar o desenvolvimento da profissão, como vimos no começo deste trabalho.

lamamoto e Carvalho apontam que Questão Social é:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Em 1979 acontece III Congresso Brasileiro de Serviço Social mais conhecido como O Congresso da Virada, que contribuiu para o rompimento com as práticas conservadoras, a partir desse congresso o serviço social se organiza como profissão e “conseguiram instaurar na profissão o pluralismo político, que acabou por redimensionar amplamente não só a organização profissional (dando vida nova, por exemplo, a entidades como a ABESS) [...] e, posteriormente, ao CEFES” (NETTO, 1999, p. 10). Só após esse período ditatorial em que o Serviço Social rompe com as suas práticas conservadoras e a profissão vai se debruçar na construção de um projeto profissional, que também é um projeto societário, que vise atender as necessidades de transformação da sociedade atendendo aos interesses da classe trabalhadora (NETTO, 1999).

O Serviço Social na década de 1980 passou por transformações em relação a sua formação profissional tecnicamente e politicamente, sendo construído pelos assistentes sociais um projeto profissional que foi fruto de lutas pela democracia sob as consequências deixadas pelo período ditatorial. A autora aponta que nesse momento através do contexto em que o país estava no processo de elaboração da constituição de 1988, e posteriormente com as manifestações contra o governo do presidente Collor, que o Serviço Social é questionado sobre o seu fazer profissional, os assistentes sociais neste período estavam totalmente envolvidos nessas questões políticas (IAMAMOTO, 2004), “encontra-se aí a base social da reorganização da profissão nos anos de 1980” (IAMAMOTO, 2004, p. 51).

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre classes sociais e destas com Estado (ABESS, 1996, p. 60).

Identificamos, portanto de acordo com Netto, (2011) que em meados das décadas de 1960 e 1970 o Serviço Social brasileiro iniciou o seu processo de renovação, sob um cenário ditatorial extremamente complicado para o país, através do Movimento de Reconceituação na América Latina que também veio para o Brasil.

Através desse movimento percebemos que o Serviço Social começou a se especializar teoricamente se inserindo no campo universitário realizando seminários que por mais que em seu conteúdo ainda atendessem aos interesses do sistema capitalista contribuindo para o discurso conservador, vão se aproximando a cada vez

mais da renovação que acontece nas décadas de 1970 com as contribuições da intenção de ruptura a vertente que mais se aproximou dos ideais do Movimento de Reconceituação (NETTO, 2011).

Netto (1999) aponta que pela primeira vez podemos perceber o contato com a tradição marxista que também foi fundamental para esse processo de renovação. A partir da renovação do Serviço Social observamos sua inserção na divisão social e técnica do trabalho que é entendido a partir das relações entre o capital e trabalho, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, as chamadas expressões da Questão Social que mais tarde será definida como a matéria prima a qual o Serviço Social se apropria em seus processos de trabalho (IAMAMOTO, 2004).

Neste sentido, podemos perceber de acordo com Iamamoto (2004) que esses acontecimentos históricos que permitiram a renovação do Serviço social trás para a profissão na década de 1980 uma transformação onde acarretará na construção de um projeto profissional muito importante para a profissão e observamos diante disso pela primeira vez o Serviço Social voltado para atender os interesses da classe trabalhadora.

Nas páginas que seguem iremos abordar como o Serviço Social brasileiro se aprofunda na dimensão ética e política sendo possível a construção do Código de ética profissional, da lei de regulamentação e do Projeto Ético-político que é um dos pontos de discussões deste trabalho.

Barroco (2010) aponta que desde o início de sua trajetória o Serviço Social nega a dimensão política e a relação com a ética, devido ao conservadorismo que envolvia a profissão, como já se pode observar no início deste trabalho, o Serviço Social brasileiro só terá contato com a ética e a política a partir de 1970 neste mesmo contexto acima em que foi construído o projeto profissional, porém ela ressalta que “[...] não se evidenciou, de imediato, como uma tensão entre ética e a política; isso só foi explicado bem mais tarde, em 1986 e 1993, durante os processos de reformulação do Código de Ética” (BARROCO, 2010, p. 220).

As conquistas éticas de 1986 e 1993 pertencem, portanto, a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora contando com uma base social mais ampla de sustentação, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento (BARROCO; TERRA, 2012, p. 52).

O código de ética em vigor atualmente pela profissão foi elaborado em 1993 tendo como base a perspectiva marxista. Nele contém os princípios que norteiam a profissão de Serviço Social, sendo passível de responder ao Conselho Federal de Serviço Social qualquer profissional que viole esses princípios (BARROCO; TERRA, 2012). Sendo estes:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusado arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, [2012a], p. 23- 24).

Segundo Barroco e Terra (2012) esses princípios fundamentais são considerados a estrutura dos elementos que compõe o Código de Ética profissional “representando o alicerce do conjunto do regramento estabelecido, que é o fundamento da concepção do projeto ético-político adotado pelo Código” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 121). No mesmo ano de 1993 a profissão foi regulamentada pela Lei 8.662 que aborda em seu conteúdo as competências, as atribuições privativas aos assistentes sociais e outras providências no que se refere à profissão de Serviço Social (BRASIL, 2002).

O projeto profissional resultou no que é chamado hoje pela profissão de Projeto Ético Político que também foi fruto da crise da ditadura, da crítica contra o conservadorismo desde a década de 1970 através do Movimento de Reconceituação e no contexto de grande produção acadêmica desta época. A construção desse Projeto Ético Político só foi possível através do Código de Ética Profissional de 1993 (NETTO, 1999). Que Segundo Barroco vai [...] “aperfeiçoando-o

em sua fundamentação e em seus pressupostos operacionais, com uma produção ética inédita, passando a compor as suas conquistas” (BARROCO, 2010, p. 221).

O Projeto ético-político começou a se estruturar no final da década de 1980 e no começo da década de 1990, considerado um projeto em construção que luta pela liberdade, defendendo a autonomia dos sujeitos sociais referente às suas escolhas no âmbito da sociedade (NETTO, 1999). “Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 15). O projeto defende os direitos humanos de forma intransigente, lutando para que toda forma de preconceito seja erradicada, e em defesa da cidadania tanto no âmbito profissional quanto no que se refere à sociedade como um todo (NETTO, 1999).

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 16).

No que tange a formação, o projeto aponta que o profissional de Serviço Social precisa buscar sempre o aperfeiçoamento através de uma formação de qualidade “fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” (NETTO, 1999, p. 16).

Netto (1999) aponta que em relação aos usuários os assistentes sociais devem sempre buscar atendê-los da melhor forma entendendo que o profissional tem um compromisso com a população que depende de seus serviços, “incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários” (NETTO, 1999, p. 16).

O autor conclui que para efetivação do projeto ético-político o profissional precisa ter articulação com os outros profissionais no espaço sócio ocupacional em que está inserido, contribuindo neste sentido para o fortalecimento enquanto classe trabalhadora (NETTO, 1999).

A década de 1980 é, portanto, um marco fundamental nesse processo de conquistas: [...] as éticas que em 1986, pela primeira vez desde 1947,

romperam com os pressupostos neotomistas e com a visão conservadora que orientou historicamente o Código de Ética Profissional, instituindo um novo Código de Ética orientado pelo compromisso com as classes trabalhadoras, seguindo pelos anos noventa com uma série de conquistas (BARROCO, 2010, p. 221).

A década de 1990 é marcada por um auto-reconhecimento profissional através de seu desenvolvimento no campo universitário, tornando a profissão reconhecida pelas agências de fomento. As contribuições da década de 1980 acarretaram no amadurecimento do profissional, sendo este profissional mais pesquisador, o que trouxe um grande marco, pois nestas décadas de 1980 e 1990 a profissão se desenvolveu tanto na área de sua formação, quanto na sua atuação (IAMAMOTO, 2004).

A autora traz a reflexão que o desafio do assistente social na contemporaneidade é de refletir sobre a questão social e pensar em ações e estratégias para atuar sobre as demandas dos usuários tendo a noção que estes são sujeitos que lutam pela sua dignidade e sobrevivência nesta sociedade (IAMAMOTO, 2004).

Concluimos esse capítulo da trajetória do Serviço Social com alguns pontos que julgamos necessários para entendermos esse processo de 80 anos de profissão, sabemos que a discussão em torno do Serviço Social não se esgota nesse trabalho, mas diante do objetivo a que foi proposto tentamos descrever desde o surgimento da profissão, como ela rompeu com conservadorismo, sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, o seu desenvolvimento profissional e sua importante atuação na cena contemporânea como um profissional que atua na realidade social.

Pudemos observar com os autores que se propuseram a escrever sobre a profissão que mesmo o Serviço Social tendo um caráter totalmente conservador em seu início, ele consegue romper com essa influência fazendo críticas atualmente a esse sistema capitalista que colide a todo o momento com a classe trabalhadora, causando os impactos que como já citamos se insere na atuação do Assistente Social.

Para isso iremos abordar no subitem a seguir a segunda categoria teórica desse TCC o debate sobre trabalho, entendendo o significado deste a partir de uma visão marxista, o conceito sobre o processo de trabalho e como o sistema capitalista atribuiu um significado negativo a essa categoria e as transformações ocasionadas

pelo capital a classe trabalhadora que atingirá a profissão de Serviço Social como uma profissão se insere em processos de trabalho.

2.2 A CATEGORIA TRABALHO EM DEBATE

Considerando que esse TCC tem por objetivo descrever sobre o processo de trabalho da assistente social na esfera estatal e empresas privadas da Grande Vitória, iremos abordar nesse item sobre o trabalho. Buscaremos identificar o trabalho na perspectiva marxista e também à forma como o processo de trabalho está organizado hoje, nos moldes da sociedade capitalista.

O trabalho é uma categoria que vem se desenvolvendo ao longo da sociedade, desde a pré-história o ser humano utilizava da caça, da pesca e do plantio como fonte de sobrevivência, ou seja, exercia uma ação na natureza para obter o resultado a qual esperava (ALBORNOZ, 2008).

Segundo Marx (2013, p. 211):

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Essa relação do homem com a natureza é um processo que, ao transformar a natureza, o homem também se modifica. O autor pressupõe que o trabalho é pertencente apenas ao homem, pois ele é o único ser que consegue planejar antes de executar as suas ações. Ao fazer uma comparação entre o trabalho da abelha e o trabalho do arquiteto, ressalta que a diferença é o planejamento que o homem fez antes de executar e a abelha o fez por instinto (MARX, 2013).

A categoria trabalho é a forma pela qual o homem produz a riqueza na sociedade, o ser humano não apenas vive do trabalho, mas o trabalho explica a forma pela qual o ser humano se insere na sociedade, na medida em que o trabalho vai se desenvolvendo a humanidade também se desenvolve, Netto e Braz apontam que o trabalho forma o ser social (NETTO, BRAZ, 2007).

O surgimento do ser social foi resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar

de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza – mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza (NETTO; BRAZ, 2007, p. 37).

Portanto, o trabalho é uma atividade essencial do homem, pois, através do trabalho o homem se torna um ser social. O ser humano se realiza no trabalho de forma intelectual, material ou artística dando respostas práticas e conscientes as suas necessidades, sendo o trabalho a ação própria do homem (IAMAMOTO, 2004).

O fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua experiência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais (ANTUNES, 1999, p. 136).

No processo de trabalho, a atividade que o homem exerce opera uma transformação no objeto a um determinado fim, por meio dos instrumentos de trabalho. Esse processo acaba quando um produto é terminado e esse produto é um valor de uso, um elemento da natureza que foi adaptado para atender as necessidades humanas. O autor aponta que o resultado no fim do processo de trabalho já estava na mente do homem (MARX, 2013).

“Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 2013, p. 212). Segundo o autor os elementos componentes do processo do trabalho são:

1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho;2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2013, p. 212).

A matéria prima é todo objeto que é retirado do seu modo natural para se transformar pela ação do trabalhador, quando não ocorre essa transformação, o objeto não pode ser entendido como matéria-prima. Os meios de trabalho são os recursos necessários para que o trabalhador consiga aplicar seu objeto e concluir o seu trabalho, sem os meios de trabalho o trabalhador não consegue terminar o seu processo (MARX, 2013).

“No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho” (MARX, 2013, p.214). O processo de trabalho é acabado

quando matéria prima é transformada no produto final idealizado pelo trabalhador, quando o ser humano transforma o natural para atender as suas necessidades (MARX, 2013).

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 218).

Neste sentido, foi abordado acima à categoria trabalho como relação do ser humano com a natureza; a teleologia do homem ao realizar seu trabalho; o trabalho como valor de uso e valor de troca e o processo de trabalho na visão de Marx. A seguir iremos abordar como o sistema de produção capitalista vai interferir nessa categoria; o trabalho como fundante do ser social e as metamorfoses no mundo do trabalho na contemporaneidade.

Granemann (2009) aborda que os seres sociais sempre tiverem seu trabalho envolvido nas relações sociais, mas as classes dominantes na tentativa de permanecerem no poder justificavam essas relações através do uso de crenças como se a permanência no poder fosse pelo querer divino e no discurso que o poder era hereditário, faziam com que esse pensamento fosse algo natural o que impediam qualquer contestação da classe dominada.

No entanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais tiveram, contraditoriamente, de assumir seu caráter social e o trabalho passou a ser obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como a herança genética, as divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais (GRANEMANN, 2009, p. 227)

O capital ao contratar o trabalhador para exercer uma atividade, fiscaliza esse processo para que o fim seja de acordo com as condições as quais o próprio capital coloca. Nesse processo o trabalhador não é dono de sua força de trabalho e nem do objeto a qual está trabalhando, o capitalista compra a força de trabalho e é ele o dono da mercadoria (MARX, 2013). “Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção” (MARX, 2013, p. 219).

O trabalhador vende a sua força de trabalho através do salário que é pago pelo capitalista, os autores apontam que o salário não deve apenas custear o sustento, mas atender a outras necessidades sociais do trabalhador e de seus dependentes.

Porém o capitalista tenta de todas as formas fazer com esse salário seja o mais baixo possível, no entanto, ele corre o risco de “perder” esse trabalhador, por isso mantêm o salário de forma que atenda o mínimo, o que não ocorre de forma igualitária para todos os trabalhadores, como no caso das mulheres, dos negros que tem seus salários inferiores se comparado aos demais trabalhadores (NETTO, BRAZ, 2007).

[...] é na fixação do preço da força de trabalho que mais imediatamente vem à tona o antagonismo entre os interesses do capitalista e os dos trabalhadores. Ao longo da evolução do capitalismo, constatou-se que o melhor instrumento para os trabalhadores evitarem que os salários caiam abaixo do seu valor é a sua organização classista e política [...] (NETTO, BRAZ, 2007, p. 103).

Todavia os autores ressaltam que até o século XIX o que os capitalistas pagavam aos trabalhadores só atendia o mínimo necessário para sua sobrevivência, foi através de sua organização enquanto classe, de organizações sindicais que os trabalhadores conquistaram os direitos relacionados às necessidades de cunho social (NETTO; BRAZ, 2007).

O trabalho assalariado é a forma específica do regime a que vivem submetidos os produtores diretos do MPC (Modo de Produção Capitalista). Isso significa que ele é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é o próprio MPC: por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores (e elas são importantes em si mesmas, entre outras razões porque podem melhorar as suas condições de vida), não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/ trabalho (NETTO; BRAZ, 2007, p.104).

O capital quando coloca um preço na força de trabalho faz com elas se tornem iguais, ignorando o fato que cada trabalhador produz o seu trabalho de forma diferente, essa igualação é explicada no que Marx caracteriza como trabalho concreto e trabalho abstrato. No trabalho concreto o que se produz é o valor de uso, o que é produzido pelo trabalhador que vai ser utilizado para um determinado fim, como já foi mencionado. Já o trabalho abstrato é quando se ignora as particularidades e as complexidades do trabalho concreto, generalizando todas as formas de se fazer o trabalho em uma só (NETTO; BRAZ, 2007).

O objetivo do capital no processo de trabalho é o de extrair o excedente produzido o que é chamado de mais-valia é neste sentido em que o capitalista controla a atividade exercida pelo trabalhador, pois se não for produzido a mais-valia a finalidade do capital que é chamada de valorização não é alcançada. Netto e Braz

apontam que essa dominação do capital sob o processo de trabalho se deu entre os séculos XVI e XIX (NETTO; BRAZ, 2007).

O trabalho era realizado de forma cooperativa onde o capitalista tinha apenas a tarefa de supervisionar. Os trabalhadores que controlavam de que forma exerciam suas atividades, esse controle por partes dos trabalhadores era visto como uma ameaça ao poder do capital (NETTO; BRAZ, 2007) “Pode-se afirmar que, no trabalho cooperativo, o controle do capitalista sobre o processo de trabalho era apenas formal” [...] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 111).

Neste sentido, no século XVIII o capital começou a especializar os trabalhadores e o trabalho não era mais cooperativo sendo este substituído pela manufatura, o objetivo era de dispersar os trabalhadores enfraquecendo a autonomia que estes tinham sobre o conhecimento que era produzido no trabalho para que o capital tivesse o controle, evitando o trabalhador de negociar a sua força de trabalho (NETTO, BRAZ, 2007).

Quando o processo de trabalho está subordinado realmente ao capital, quando o trabalhador perde o controle desse processo, o capital encontra as melhores condições para incrementar a produção do excedente – vale dizer, a subsunção real do trabalho ao capital propicia a este último potencializar a extração de mais-valia (NETTO; BRAZ, 2007, p. 113)

A indústria vai ser o foco do capital no século XXI neste século o trabalho deixa de ser um processo em que homem executa a transformação individualmente e passa a ser realizado de forma coletiva, no sentido de que a manipulação do objeto poderá ser feita por várias pessoas, podendo ser feita de forma manual ou indiretamente (NETTO; BRAZ, 2007).

Essa “capacidade de trabalho socialmente combinada” – que se configura o trabalho coletivo – torna-se cada vez mais complexa no desenvolvimento do capitalismo. Envolve trabalhadores manuais, mas também, e numa escala progressivamente maior, trabalhadores intelectuais [...]. Quanto mais se desenvolve a produção especificamente capitalista, mais se expandem as fronteiras do trabalho coletivo, que deixa de se situar apenas nos limites físicos da grande indústria e se insere em espaços sócio-ocupacionais muito diferentes [...] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 114).

O trabalhador ao realizar este trabalho coletivo, produzindo em grande quantidade é questionado pelo capital pela produtividade ou não do seu trabalho (NETTO; BRAZ, 2007). Para o capital o trabalho produtivo é aquele que produz a mais-valia, nesta perspectiva o trabalho perde o seu significado de valor de uso e passa a ser o lucro do capitalista através da exploração do trabalhador. Nessa relação capitalista o trabalho pode se tanto produtivo como improdutivo (IAMAMOTO, 2011), por

exemplo: [...] “a cantora que vende seu canto é improdutivo, mas se contratada por um empresário que a faz cantar para enriquecer, é produtiva, porque produz capital” (IAMAMOTO, 2011, p. 76).

O trabalhador produtivo, no sentido da produção capitalista, é aquele que, ao ser trocado pela parte variável do capital (parte do capital investida em salários), não só repõe esta parte (ou o valor da própria força de trabalho), mas produz também uma mais valia para o capitalista, o que faz com que o dinheiro e a mercadoria se transformem em capital (IAMAMOTO, 2011, p. 76).

“O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mas as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 43). Diante disso, podemos perceber que por mais que o capital fortaleça a perspectiva do trabalho como fonte exclusiva de produção de riqueza, os autores apontam o trabalho como fundante do ser social, como já foi mencionado anteriormente, contradizendo neste sentido o valor dado pelo sistema capitalista para a categoria trabalho (NETTO; BRAZ, 2007).

As mudanças mais marcantes para o trabalho foi no século XX na década de 1980, onde o mundo do trabalho passou por grandes transformações que atingiram profundamente os que viviam do trabalho (ANTUNES, 2000). “Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2000, p. 23).

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo de produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2000, p.24).

Neste período surgiram novos processos de trabalho onde se buscavam se adequar aos padrões de produtividade que atendessem o mercado, o toyotismo² entra no cenário substituindo o fordismo³ que foi o responsável pelo fortalecimento da

² Modelos de produção que visa a flexibilização da produção, buscando por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2000, p. 24).

³ De acordo com Antunes (2000, p. 25) o fordismo é “a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos [...]

indústria e do processo de trabalho do século XXI, houve uma diminuição dos trabalhadores das indústrias, o trabalho assalariado aumentou, e um número considerável de mulheres foram inseridas no meio industrial. Foi surgindo os trabalhos terceirizados onde precarizou-se o processo de trabalho. (ANTUNES, 2000).

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2000, p. 50).

Essas metamorfoses atingiram a classe trabalhadora principalmente em dois sentidos: de um lado com o surgimento dos setores serviços, uma qualificação do trabalhador que pode exercer a função de supervisor e por outro lado uma desqualificação com redução de outras áreas do setor industrial em consequência do trabalho informal e temporário (ANTUNES, 1999).

Se é possível dizer que a primeira tendência seria mais coerente e compatível com o avanço tecnológico, a segunda tem sido uma constante no capitalismo dos nossos dias, dada a sua lógica destrutiva, mostrando que o operariado não desaparecerá tão rapidamente e também – fato fundamental – que não é possível visualizar, nem mesmo num universo mais distante, a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999, p. 214).

Identificamos que essas mudanças no mundo do trabalho só podem ser entendidas a partir do desenvolvimento do capitalismo e da contradição entre a classe trabalhadora e o capital (ANTUNES, 1999). Essas mudanças no mundo do trabalho também vão atingir o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e seu processo de trabalho, como abordaremos a seguir.

2.3 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Considerando a temática deste TCC, iremos abordar a seguir o processo de trabalho do Serviço Social e os impactos da Reestruturação Produtiva⁴ para a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

⁴ [...] “processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social [...]” (MOTA; AMARAL, p. 23).

Em 1980 iniciou-se um debate no meio profissional acerca da categoria trabalho e o reconhecimento do Serviço Social inserido em processos de trabalho. Esse debate estava em torno da formulação da nova proposta de currículo mínimo para a profissão criada pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), era importante, pois analisar que todo processo de trabalho necessitava de uma matéria-prima (IAMAMOTO, 2004).

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado. Em outros termos, todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2004, p. 61-62).

Portanto, o objeto de atuação do Serviço Social é a questão social e suas múltiplas expressões que se desenvolve conforme o desenvolvimento do modo de produção capitalista, entendendo que conforme essas expressões afetavam a realidade do sujeito, se explicaria de que forma seria a intervenção do Assistente Social. (IAMAMOTO, 2004). Iamamoto aponta que “pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças” (IAMAMOTO, 2004, p. 62).

Neste sentido, da inserção do assistente social como uma profissão inserida no processo de trabalho foi questionado sobre qual seria os instrumentos de trabalho do profissional (IAMAMOTO, 2004). “Geralmente, tem-se a visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de técnicas”: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamentos etc. Mas a questão é mais complexa” (IAMAMOTO, 2004, p. 62).

Os instrumentos de trabalho do assistente social tem haver com as bases teórico-metodológicas que vão permitir que esse profissional tenha uma leitura fidedigna da realidade, essas bases são o conhecimento, que explicam sua atuação sem a qual profissional não poder atuar (IAMAMOTO, 2004). “Nesta perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo de seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 63).

Segundo Guerra (2002, p. 168):

[...] defrontamo-nos com a tendência, presente nas requisições profissionais, de atribuir aos instrumentos e técnicas, municiadores da intervenção, um status superior àquele que é dado aos demais

componentes da prática profissional. Se essa tendência encontra seu ponto de sustentação o fetichismo que envolve as relações sociais do mundo burguês e que, em última instância, são representações falsas sobre a realidade, ela não é uma construção arbitrária.

Neste sentido, a autora aborda que os instrumentos, técnicas e metodologias no âmbito profissional não são os elementos que trazem as respostas sobre a realidade, estes são parte da construção do projeto profissional e não pode ser visto de forma separada desse processo (GUERRA, 2002).

Tem-se o pensamento que a instrumentalidade do Serviço Social está nesse instrumental técnico, porém Guerra (2000, p. 1) aponta que a instrumentalidade é uma “determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico”.

Pela instrumentalidade da profissão, pela condição e capacidade de o Serviço Social operar transformações, alterações nos objetos e nas condições (meios e instrumentos), visando alcançar seus objetivos, vão passando elementos progressistas, emancipatórios, próprios da razão dialética. Pressionando a profissão, tais forças progressistas (internas e externas) permitem que a profissão reveja seus fundamentos e suas legitimidades, questione sua funcionalidade e instrumentalidade, o que permite uma ampliação das bases sobre as quais sua instrumentalidade se desenvolve (GUERRA, 2000, p. 15).

O profissional muitas vezes cai na armadilha de negar essa relação, quando acredita que seu trabalho pode ser realizado a partir dos acontecimentos no cotidiano e que esses são suficientes sem que recorra às reflexões teóricas (GUERRA, 2002).

Na falsa interpretação que jaz no meio profissional, de que a teoria na prática é outra, comparecem duas determinações que se vinculam a um mesmo processo: o modelo analítico-interpretativo da realidade que orienta o assistente social dificulta-lhe a apreensão da racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, das leis, tendências, articulações e possibilidades, ao que se combina a racionalidade subjetiva dos sujeitos individuais que, de modo singular, incorporam esse determinado modelo de racionalidade com o qual apreendem os fatos e fenômenos sociais e constroem suas representações e auto-representações (GUERRA, 2002, p. 176).

Portanto, os instrumentos e técnicas do Serviço Social devem ser vistos sob o ponto de vista teórico-operativo, não de forma segregada, tendo o entendimento que a profissão possui três dimensões, a teórico-metodológica; técnico operativa e ético-política (SANTOS, 2013).

Se a prática profissional interventiva do Serviço Social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar, de fato, os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos ético-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva (SANTOS, 2013, p. 55).

Iamamoto aponta que o serviço social é um trabalhador que vende sua força de trabalho para quem o contrata, pois o profissional não tem os meios suficientes que necessita para exercer sua profissão como autônomo mesmo sendo regulamentado como um profissional liberal, neste sentido, ele depende da forma pela qual as instituições, sejam elas públicas ou privadas se organizam para que possa efetivar seu trabalho, a autora ressalta que mesmo o profissional possuindo uma relativa autonomia sobre o seu trabalho (IAMAMOTO, 2004), o que se pode compreender que os contratantes “estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional” (IAMAMOTO, 2004, p. 63).

Essa autonomia relativa apontada por Iamamoto (2004) é a consequência de seu reconhecimento enquanto um profissional liberal, o que significa que o “assistente social detém a sua força de trabalho especializada, força essa que é mera capacidade” (IAMAMOTO, 2004, p. 64), a instituição que compra a força de trabalho do assistente social mesmo interferindo em seu processo de trabalho, não pode ser vista como algo que atrapalha o desenvolvimento profissional, pelo contrário ela apenas dá condições para que esse trabalho seja realizado (IAMAMOTO, 2004).

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos. É preciso lembrar que, no circuito do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio (IAMAMOTO, 2009, p.351-352).

Todo profissional produz e contribui para o processo de reprodução social e com o Serviço Social não é diferente, Iamamoto aponta que o “trabalho do assistente social tem um efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 67). O que significa que o trabalho do Assistente social é necessário, pois ele atua na viabilização de direitos, “viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população” (IAMAMOTO, 2004, p. 67).

Discutir, o processo de trabalho do Assistente Social é importante para que o profissional pense de que forma seu trabalho deve ser realizado, para que entenda que seu trabalho não está apenas no atendimento isolado ao usuário, (IAMAMOTO, 2004) “ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem

na configuração social deste trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares” (IAMAMOTO, 2004, p. 70).

Nesse sentido, ao ser inserido em um processo de trabalho o Serviço Social também sofrerá os impactos ocasionados pelas mudanças no mundo do trabalho como abordamos no item anterior. Entendendo que o assistente social é um trabalhador que tem seu trabalho inserido na realidade social, e assim que a crise do modo de produção capitalista afeta essa realidade, também afeta o fazer profissional do Serviço Social (MOTA; AMARAL, 2010).

É no final da década de 1980 em que surge o processo de reestruturação produtiva no Brasil quando o toytismo substitui o modelo de produção fordista, neste sentido o modo de produção que antes era mecanizado, realizado através da produção em massa passa a ser flexibilizado submetendo ao trabalhador exercer várias funções no ambiente profissional (FREIRE, 2010). A reestruturação consolida-se mediante a crise do sistema capitalista e surge como alternativa para restituir a situação econômica ocasionada por essa crise (MOTA; AMARAL, 2010).

Desse modo, foi sendo ditada uma nova cultura e ações políticas de inspiração neoliberal no mundo do trabalho, que buscam flexibilizar ao máximo não somente as estratégias de produção e racionalização, através de novas tecnologias, políticas, processos de trabalho, estoques, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo, como também as condições de trabalho, os direitos e os compromissos do Estado para com a população [...] (FREIRE, 2010, p. 36).

As consequências dessas mudanças que atingem a classe trabalhadora e sua vivência na sociedade também afetam o trabalho do assistente social como um profissional que atua diante dessa realidade (MOTA; AMARAL, 2010). “Admitimos, portanto, que a trilha por onde caminham os desafios aos profissionais do Serviço Social – consideradas as particularidades do seu trabalho – são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 24).

Segundo Mota e Amaral (2010) essas “novas modalidades” atingem o mercado de trabalho interferindo na forma pela qual o trabalhador realiza o seu trabalho, surgindo novas demandas e “problemáticas” que vão exigir uma intervenção do profissional “como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 25).

Os desafios para o profissional de Serviço Social diante dessa realidade da reestruturação do capital “é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 26). De acordo com Netto citado por Mota e Amaral (2010) o profissional de serviço social não pode se conformar com as condições postas pelo mercado de trabalho e sim ter uma visão crítica lutando pela defesa de seu projeto profissional, no sentido de analisar metodologicamente as contradições colocadas pelo capital sobre as necessidades sociais da classe trabalhadora (MOTA; AMARAL, 2010).

Portanto, entender o processo de trabalho do assistente social é algo muito complexo, pois observamos a partir de lamamoto (2004) que existe uma dificuldade de compreensão dos instrumentos como um conjunto de técnicas, que a instrumentalidade do Serviço Social conforme aponta Guerra (2000) está na capacidade que o profissional tem de intervir na realidade social é a forma como o assistente social usa os meios e os instrumentos e os transformam para efetivação do seu trabalho, entendendo que não há uma única forma de intervenção que as realidades vivenciadas pelos usuários são múltiplas, mas que essa intervenção não pode ser vista do ponto de vista apenas da prática apenas das vivências do cotidiano e sim sendo entendidas através da teoria que trás os elementos necessários para entender essa contradição entre capital e trabalho, conforme aponta Santos (2013).

Neste sentido, de acordo com Mota e Amaral (2010) vemos as mudanças que atingem o mundo do trabalho através da reestruturação do capital que também atingem os assistentes sociais como trabalhadores assalariados, mas lamamoto (2004) aponta que esses desafios enfrentados pelos profissionais em seus exercícios profissionais não podem e nem devem ser obstáculos para que o profissional atue diante dessa realidade, o assistente social de acordo com a autora é um profissional liberal e tem sua relativa autonomia, no sentido que possuem total liberdade e respaldo ético político para efetivar seu trabalho sem que as instituições e seus empregadores sejam obstáculos.

3 METODOLOGIA

Esse TCC apresenta como tema o processo de trabalho do assistente social. Tendo como objetivo geral descrever o processo de trabalho do assistente social na esfera estatal e empresas da Grande Vitória. Enquanto objetivos específicos buscaremos identificar as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético político; identificar as demandas postas aos assistentes sociais na esfera estatal e na empresa privada; e identificar os desafios no exercício profissional.

Nesse sentido, essa pesquisa se apresenta enquanto uma pesquisa exploratória, (GIL, 1996). “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 1996, p. 45). O planejamento da pesquisa, Segundo Selltiz et al., apud Gil (1996, p. 45)

[...] é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Portanto, de acordo com o objeto de estudo em questão, a pesquisa exploratória possibilita explorar o conhecimento dos assistentes sociais acerca de seu processo de trabalho nas instituições. Através da entrevista, esses profissionais puderam tratar dessa prática que lhe estão sendo propostas.

A natureza da pesquisa se deu de forma qualitativa, segundo Baptista (1999, p. 35) as pesquisas qualitativas:

Deixam a verificação das regularidades para se dedicarem à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no espaço que constroem

as suas vidas e suas relações, ou seja, a compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais, assim como dos vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão. Há uma relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

A pesquisa qualitativa requer que o entrevistador tenha um contato frente a frente ao entrevistado com o objetivo de perceber a visão que ele tem do objeto de estudo (MARTINELLI, 1999) “não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Segundo Minayo (2002, p. 21- 22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A escolha da abordagem qualitativa no presente Trabalho de Conclusão de Curso se deu na busca por descrever o processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos na esfera estatal e privada, com o objetivo de compreender como os mesmos pensam o seu trabalho nesses espaços institucionais.

A pesquisa foi desenvolvida em instituições em que a pesquisadora teve inserção quando em realização de seus estágios, nos campos de estágios das disciplinas de Estágio Obrigatório I, II e III, sendo o primeiro e o segundo em uma instituição estatal e o terceiro em uma empresa privada. Os nomes das instituições não serão mencionados no sentido de não expor os assistentes sociais envolvidos no processo da pesquisa.

Os sujeitos envolvidos foram dois assistentes sociais, um inserido na esfera estatal do município de Vila Velha e outro inserido em empresa privada do município de Vitória. As identidades dos assistentes sociais não serão divulgadas pelo mesmo motivo de não expor os profissionais não causando qualquer tipo de constrangimento aos mesmos.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de Entrevista, que consiste em:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 178).

A justificativa para escolha da entrevista como coleta de dados se dá por conta do tipo de pesquisa, definida com exploratória e dos objetivos desse TCC de descrever o processo de trabalho dos assistentes sociais na esfera pública e privada. Para tanto, foi possível coletar os dados a partir dos sujeitos que atuam nesses espaços, sendo descritas as potencialidades, fragilidades e as demandas que estão sendo postas a esses profissionais nos respectivos espaços institucionais.

O tipo de entrevista escolhido para a coleta de dados da pesquisa foi à entrevista semiestruturada (APÊNDICE B), esse tipo de entrevista apresenta certa estruturação, pois, o entrevistador se guiará no decorrer da entrevista por pontos definidos de acordo com assunto a ser tratado (GIL, 2009).

Segundo Minayo (2006, p. 261) a “entrevista semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Antes da entrevista foi aplicado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), [...] “fonte de esclarecimento que permitirá ao participante da pesquisa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos” (FACULDADE SANTO AGOSTINHO, [200-]). As entrevistas foram gravadas por gravador digital, mediante autorização dos participantes, o que possibilitou melhor compreensão ao entrevistador no momento de redigi-las. Após o uso, os dados foram apagados para não serem utilizados para outros fins que não seja os relacionados para a pesquisa, sendo resguardados os aspectos éticos.

A técnica utilizada para o tratamento dos dados foi à análise de conteúdo. Gomes (2002) aponta duas funções na aplicação da técnica, a primeira é denominada como “verificação de hipóteses”, significa que “através da análise de conteúdo, podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)” (GOMES, 2002, p. 74). Outra função apontada pelo autor é a “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos” no sentido de analisar além do que está escrito, mas o que o autor quis expressar com aquele conteúdo (GOMES, 2002).

“Cronologicamente, a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (GOMES, 2002, p. 75-76). Na primeira fase chamada de pré-análise, é necessário

fazer uma leitura de todo o conteúdo, organizando e destacando falas importantes que respondem aos objetivos da pesquisa (GOMES, 2002), no caso desta pesquisa o material que foi analisado, foram as entrevistas realizadas com as assistentes sociais nos espaços institucionais e o material bibliográfico acerca do conteúdo do processo de trabalho do assistente social. Neta fase, Bardin (2011, p. 125) aponta que: “Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema precioso do desenvolvimento das operações sucessivas, num pano de análise”.

A segunda fase denominada “exploração do material”, é o momento de fazer uma releitura dos materiais que são organizados na primeira etapa, o que pode levar tempo no sentido em que o pesquisador precisará fazer a leitura dos conteúdos quantas vezes forem necessárias. Na terceira fase, a fase do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, será a tentativa de desvendar o que está implícito no conteúdo (GOMES, 2002).

Nesse sentido, a utilização da análise de conteúdo na pesquisa foi no sentido de analisar o conteúdo coletado mediante as entrevistas e fazer uma leitura crítica do que é entendido pelo profissional acerca do processo de trabalho com os conteúdos teóricos bibliográficos.

Os aspectos éticos da pesquisa se deu por meio da Resolução Nº 466, de 12 de 2012 do Conselho Nacional da Saúde (CONEP), que compõe em seu texto diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

II. 4- pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos (BRASIL, 2012b).

Segundo o CONEP, toda pesquisa em respeito com a dignidade humana deve ser realizada com consentimento livre e esclarecido dos participantes (BRASIL, 2012b). Sendo assim foi aplicado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nas entrevistas. “Entende-se por Processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida” (BRASIL, 2012b, p. 5). O estudo realizado também será apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Católico de Vitória, com o objetivo de ser aprovado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

O presente capítulo se propõe a discutir os resultados coletados através das entrevistas semiestruturadas com os assistentes sociais de empresa privada e na esfera estatal diante do objetivo geral deste trabalho que é de descrever o processo de trabalho do assistente social na esfera pública e privada e dos objetivos específicos que consistem em: identificar as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético político; identificar as demandas postas aos assistentes sociais na esfera estatal e empresa; e os desafios no exercício profissional.

A entrevista foi realizada com dois profissionais de Serviço Social sendo um profissional que atua na esfera estatal e outro em empresa privada, ambos atuantes na Grande Vitória. Como já mencionamos no decorrer do trabalho a identidade e os espaços de atuação destes profissionais não serão divulgados por motivos de resguardar os procedimentos éticos e o exercício profissional.

Como já discutimos no referencial teórico de acordo com Iamamoto (2004) o Serviço Social iniciou o seu processo de trabalho no decorrer da década de 1980 se inserindo na divisão social e técnica do trabalho. Vimos como apontou (MARX, 2013) que no processo de trabalho toda atividade é adequada a um fim e que esse processo em seus elementos necessita de uma matéria prima de instrumentos e meios para se efetivar, nesse sentido pode-se observar conforme (ANTUNES, 2000) como o sistema capitalista e as mudanças no mundo do trabalho transformaram esse trabalho em fonte de exploração e lucro, e como essas mudanças afetam o processo de trabalho do assistente social como um trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2004).

Diante do breve exposto e das categorias teóricas iremos neste capítulo descrever de que forma os Assistentes Sociais envolvidos nesta pesquisa pensam acerca de seu processo de trabalho nas instituições onde desenvolvem o seu exercício profissional, as potencialidades e fragilidades do seu trabalho e da efetivação do

projeto ético político, quais são as demandas postas pela instituição, as demandas dos usuários, os desafios encontrados no ambiente de trabalho, como trabalhador assalariado os desafios encontrados no exercício da autonomia e a visão do empregador no que se refere à viabilização de direitos dos usuários.

4.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL E EMPRESA PRIVADA

Neste capítulo temos o objetivo de descrever o processo de trabalho dos assistentes sociais na esfera estatal e na empresa privada, na visão dos entrevistados, ressaltando que esse é o objetivo geral desse trabalho sendo possível a articulação com os autores de Serviço Social que se propuseram a escrever sobre o tema.

Antes, vale caracterizar quais são os objetivos dessas instituições, a instituição estatal trata-se de um hospital que atende crianças e adolescentes. Raichelis (2009) aponta que o estado continua sendo o maior empregador de assistente social, onde a maioria destes atua nas políticas de saúde e assistência social.

A empresa privada realiza um projeto social esportivo que tem como um de seus objetivos atender crianças e adolescentes com alguma situação de risco social. Amaral e Cesar (2009a, p. 440) apontam que as empresas no que se refere ao seu trabalho com a comunidade “preferem focalizar o seu atendimento na ‘erradicação da pobreza’, ou seja, direcionando-o para públicos notadamente ‘mais necessitados’, vulnerabilizados ou em situação de risco social, como crianças e adolescentes”.

Granemann (2000) aponta que para entendermos o processo de trabalho do assistente social precisamos partir do pressuposto que o Serviço Social não possui apenas um processo de trabalho, mas sim que ele está inserido em processos de trabalho que vai depender da instituição a qual ele está trabalhando seja ela pública ou privada que vai caracterizar a forma como se dá esse processo, então é importante que se analise as instituições e suas relações com os profissionais de Serviço Social.

Amaral e Cesar (2009a) apontam que o trabalho dos assistentes sociais nas fundações empresariais estão voltado a “[...] elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais [...]” (AMARAL; CESAR, 2009a, p.

441) que como podemos perceber mediante a fala da entrevistada que o seu exercício profissional está voltado neste sentido.

As autoras apontam que as empresas privadas em sua grande maioria contratam o assistente social para atuar nos recursos humanos diretamente com os trabalhadores que compõem o corpo profissional destas, porém com os programas de responsabilidade sociais assumidos pelas empresas os profissionais passam a atuar externamente com os trabalhos desenvolvidos a comunidade (AMARAL; CESAR, 2009a).

Essas demandas que as empresas assumem referente a sua intervenção na responsabilidade social é entendido por essas sob a lógica neoliberal onde o Estado não disponibiliza os recursos suficientes que a população precisa, passando nesse sentido a responsabilidade para essas empresas desenvolverem seus trabalhos sociais (AMARAL; CESAR, 2009a).

Por esse processo, o Estado deixa de prestar serviços diretos à população e passa a estabelecer parcerias com organizações sociais e comunitárias, incluindo-se aí as fundações e institutos empresariais que, atualizando seu discurso, convertem a assistência social e a filantropia privadas para a linguagem do capital – agregar valor ao negócio, responsabilidade social das empresas, ética empresarial são alguns dos termos que passam a ser recorrentes (RAICHELIS, 2009, p. 385).

Ao perguntar ao entrevistado da esfera estatal e empresa privada sobre qual era o seu processo de trabalho os mesmos responderam que:

[...] em uma temática de criança e adolescentes e a gente recebe aqui as famílias ajuda elas a entenderem como são o processo de acompanhamento das crianças, as orientações, as normas do hospital, como que se dá a rotina dos profissionais aqui dentro, entender a família, a gente faz a princípio uma entrevista social com essas famílias aonde a gente vai identificando que família é essa que está chegando ao serviço, quais são as necessidades dessas famílias, quais são suas fragilidades o que eles tem para dizer para gente, primeiro a gente faz essa acolhida, uma escuta ativa das pessoas que aqui chegam, tentam orientar elas, algumas delas chegam angustiadas em sofrimento já pelo fato de ter um filho internado um filho doente, então já chegam ao serviço muito fragilizado. [...] a gente também tenta buscar por trabalhar dentro da política de saúde fazendo interface com os direitos da criança e do adolescente a gente se preocupa não só no serviço social com esse processo interno de acompanhamento das famílias, mas também naquilo que está lá fora se os direitos dessa criança estão sendo garantidos, se nesse momento de intervenção esta sendo evidenciada alguma violação de direitos dessa criança desse adolescente, então a gente mobiliza rede a gente faz um relatório a partir das entrevistas da identificação da demanda e a gente aciona os mecanismo de proteção, conselho tutelar, juizado da infância e juventude, CREAS às vezes um CRAS quando é uma atenção mais básica. A gente trabalha em rede (ENTREVISTADO DA ESFERA ESTATAL).

Na empresa privada:

[...] o processo de trabalho do assistente social visa garantir o acesso dessas crianças a rede o fortalecimento da convivência comunitária e familiar, e como se da isso, então a gente começa aí com a divulgação na rede das vagas disponíveis, entrevista e admissão dessas crianças, encaminhamento para o setor médico para avaliação médica quanto à aptidão dessa criança para fazer as atividades físicas, após essa parte de entrevista de levantamento da documentação da criança e da família em seguida a gente faz a inclusão da criança. [...] a gente tenta perceber o movimento da criança e do adolescente no grupo nas rodas de conversas e nas palestras e depois disso a gente faz o acompanhamento da família e das atividades durante o ano com reunião de equipe, reunião com os parceiros, reunião com as famílias. Então o processo de trabalho do Assistente social é bem voltado pra grupo mais para grupo, mas também a gente faz a parte de atendimento individual, tanto de acompanhamento, quanto de admissão e a parte de tabulação de dados, então quem faz a parte de registros estatísticos levantamentos a partir das frequências que os professores registram é o assistente social também (ENTREVISTADO NA EMPRESA PRIVADA).

Como já mencionamos, Guerra (2000) aborda que o processo de trabalho do Assistente Social não pode ser visto apenas como técnica, mas a capacidade e propriedade em que o profissional tem de transformar essa realidade. A autora ainda aborda que os instrumentos, as técnicas e os métodos utilizados nesse processo não trazem os recursos necessários para que o profissional atue diante dessa realidade, mas estes compõe esse processo na construção do projeto profissional (GUERRA, 2002).

Neste sentido como aborda Santos (2013) esses elementos não podem ser vistos de forma separada, mas compreendendo que estes estão ligados a dimensão técnico-operativa e a profissão além desta possui mais outras duas dimensões a teórico-metodológica e a ético-político.

De acordo com Marx (2013), todo o processo de trabalho necessita de uma matéria prima e de instrumentos necessários para efetivar o seu trabalho. Granemann (2000) aponta que o Serviço Social assim como não tem apenas um processo de trabalho, também não tem apenas uma matéria prima e instrumentos, porém a autora indica (como já apontamos) que a matéria prima a qual o trabalhador de Serviço Social se apropria é a questão social que é essa contradição entre o capital e trabalho e surge a partir das manifestações do proletariado e seu reconhecimento enquanto classe por parte do Estado.

Neste sentido a qual Granemann aborda dos múltiplos processos de trabalho do assistente social o entrevistado da esfera estatal aponta que:

[...] é muito rico o processo de trabalho aqui a gente vê muitas coisas aqui e eu que já sou formada há muito tempo já tive experiência em outros

serviços em outros espaços e esse é o que mais apresenta novidades no dia a dia embora tenha as questões que já são mais recorrentes de rotina volta e meia ocorre situações que até mesmo os profissionais que são mais experientes do que eu falam nossa o que é isso e agora o que a gente faz [...]. (ENTREVISTADA NA ESFERA ESTATAL).

Portanto, podemos verificar nas falas que a condição de trabalhador assalariado dos entrevistados em algum momento se assemelha, por mais que as instituições e os objetivos destas sejam diferentes observamos que o trabalho é voltado para temática de criança e adolescentes que vivenciam as expressões da questão social, e que esses estão voltados para garantir o direito dessas crianças e adolescentes e suas famílias.

Como a temática são crianças e adolescentes observamos que as expressões da questão social estão voltadas para esse sentido. A instrumentação técnica é utilizada a partir das Entrevistas Sociais que segundo Lewgoy (2007) é considerada um instrumento no processo de trabalho do assistente social. A partir das entrevistas sociais e dos atendimentos individuais realizados com as famílias, com as crianças e adolescentes, sendo utilizada uma escuta sensível, os profissionais entrevistados conseguem analisar qual a necessidade, quais as demandas, quais os direitos que estão sendo negligenciados para então encaminhar através de um relatório esses usuários para a rede que nesses casos, são o Conselho tutelar, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e as Varas da Infância e Juventude.

Neste sentido, de acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais no artigo 3º é dever do assistente social: “a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor” (BRASIL, [2012a], p. 27). Nesse caso específico à legislação que os profissionais devem observar é o Estatuto da Criança e Adolescente, para então assegurar e garantir esses direitos.

Marx (2013, p. 212) aponta três elementos que compõem o processo de trabalho, “o primeiro é a atividade que objetiva um fim que é próprio trabalho, o segundo é a matéria prima a qual esse trabalho se apropria e o por fim os meios e o instrumental de trabalho”.

Neste sentido todo o processo de trabalho deve ser analisado diante desses elementos, a partir das falas consegue-se identificar que as atividades exercidas por

esses profissionais estão voltados para intervir na realidade social de crianças e adolescentes e suas famílias para garantir o acesso e direitos a partir de suas vivências, e que a matéria prima como já mencionamos está relacionada às expressões sociais que estas crianças e adolescentes vivencia seus cotidianos, porém os meios e os instrumentos como já mencionamos, não pode ser entendido apenas como técnicas (GUERRA, 2000).

Concluimos, portanto que as falas não nos permitir uma descrição mais aprofundada acerca dos processos de trabalho dos Assistentes Sociais na esfera pública e privada a qual foi realizada as entrevistas.

4.2 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA EMPRESA PRIVADA.

Neste item iremos a partir das falas da entrevistada, identificar quais são as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético-político do profissional de serviço social na empresa privada.

Quadro 01 -

POTENCIALIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA EMPRESA PRIVADA	FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA EMPRESA PRIVADA.
O público: crianças e adolescentes.	Desistência da família por falta de documentação.
O espaço da empresa, localização geográfica. Equipamentos públicos e privados próximos e escolas que facilitam a divulgação do projeto.	A demora no processo de admissão dos alunos.
Recursos e fornecimentos dos materiais por parte da instituição para o desenvolvimento das atividades.	A falta do fornecimento do lanche por parte da instituição.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o quadro 1 a entrevistada considera as crianças e adolescentes como uma potencialidade na efetivação do projeto ético político como podemos perceber mediante a fala:

[...] o público é uma grande potencialidade nesse processo de trabalho, por que a criança e o adolescente eles nos dão o retorno muito rápido eles são bem sinceros nessa avaliação do projeto então é um termostato, então eles sempre estão dando um retorno e feedback a gente do trabalho, então eu considero uma potencialidade (ENTREVISTADO DA EMPRESA PRIVADA).

Neto (1999, p. 16) aponta que o projeto ético-político em sua estrutura “prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população”. Diante disso pode-se concluir que os usuários são uma potencialidade quando os profissionais de Serviço Social priorizam a qualidade de seus serviços, enxergado seus usuários como participantes desse exercício profissional nas decisões que vão intervir em suas realidades sociais (NETTO, 1999).

A empresa privada embora tenha como potencialidade a localização que permite a divulgação do projeto e ofereça “recursos” para o desenvolvimento das atividades que de acordo com Neto (1999, p. 16) esse recurso é o “instrumento indispensável para a sua democratização e universalização” (do projeto ético-político), esses recursos não atendem ao todo o que dificulta o acesso destes usuários ao projeto institucionalizado pela empresa, como podemos observar mediante a fala da entrevistada:

A falta do lanche também eu acho que é uma fragilidade assim, é porque a gente fornece o uniforme, fornece a atividade e tudo mais por se tratar de uma criança em risco social, algumas têm a dificuldade de trazer esse lanche e impede que essa criança venha participar por causa do lanche, então a gente não consegue atender uma família em assentamento, agente não consegue atender uma família no movimento de moradia sem teto, a gente não consegue atender uma serie de famílias que moram nos morros e nas comunidades da grande vitória, no caso vitória, que são realidades bem diferentes né, então eu acho que é uma fragilidade também a falta do fornecimento do lanche, são algumas que eu apontaria (ENTREVISTADA DA EMPRESA PRIVADA).

De acordo com Neto o projeto ético-político no que se refere à dimensão política “[...] se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais” (NETTO, 1999, p. 16). De acordo com a fala da entrevistada essa questão impede que o projeto atenda famílias que não tem condições de fornecer o lanche para essa criança e adolescente, o que impede a inserção das mesmas no projeto, trazendo essa contradição que ao mesmo tempo em que é um projeto social e tem como um de seus objetivos atender crianças e adolescentes que estão em risco social ele não consegue garantir essa universalização de acesso.

O código de ética profissional do Assistente Social em seu Art. 5º aponta que é dever do assistente social “a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;” (BRASIL, [2012a], p. 29). Diante disso, o profissional não pode se conformar e nem fazer com que seus usuários se

conformem com as decisões institucionais, pelo contrário deve fazer com que a população se articule e tenha participação no que se refere aos serviços que lhes são prestados (NETTO, 1999).

Outro ponto de acordo com a entrevistada que também dificulta o acesso desses usuários é a burocratização da empresa em relação à documentação exigida e a demora no processo.

[...] as famílias às vezes não tem a documentação, às vezes desistem da vaga por não ter a documentação, quando a gente orienta o processo como faz para conseguir essa documentação alguns desistem, nem todos a grande maioria não, mas alguns desistem. A demora nesse processo de você coletar documentação, depois passa pela clinica médica então às vezes fica bem burocrático, e que são varias agendas, conciliar essas agendas seria importante (ENTREVISTADA DA EMPRESA PRIVADA).

O código de ética profissional também aborda essa questão, em seu Art. 5º ele aponta é dever do assistente social “g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;” (BRASIL, [2012a], p. 30). Diante disso a documentação e a demora no processo não devem ser um obstáculo para inserção desses usuários ao projeto social, o profissional como foi apontado pelo código tem o dever de buscar meios que para enfrentar essas dificuldades de acesso (BRASIL. [2012a]).

4.3 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA ESFERA ESTATAL

Esse item tem objetivo de identificar as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético-político na esfera estatal.

Quadro 02 –

POTENCIALIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA ESFERA ESTATAL.	FRAGILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA ESFERA ESTATAL.
Os usuários.	Estrutura hierárquica do hospital.
A equipe de Serviço Social.	Falta de entendimento por parte da equipe de saúde sobre a importância do Serviço Social.
	Demandas espontâneas que não são de competência do assistente social.
	A visão geral das demandas dos usuários e a não

	efetivação de direitos por parte da instituição.
	Muito trabalho para poucos profissionais.
	Rotatividade com a onda das terceirizações.
	Problemas físicos de sala.

Fonte: Elaboração própria.

Como potencialidades a entrevistada considera os usuários e a equipe de Serviço Social.

Acho que a potencialidade ela parte do próprio usuário sempre em todos os espaços a potencialidade esta nele, não esta na gente, não esta na instituição e está no próprio usuário e naquilo que ele é capaz, a partir do momento em que se enxerga como um sujeito participativo como uma pessoa que pode, não é porque o outro quer, mas sim porque eu quero, mas sim porque é um direito meu aquilo é de meu interesse e que ele comece a se ver como um sujeito também coletivo que ele entende que essas relações não só para ele, que esse direito não está sendo negado só para ele, mas para as outras pessoas que estão ao redor dele que estão vivendo uma situação similar [...] a própria equipe em si que se apoia que às vezes a gente tira uma dúvida técnica a gente sabe que pode contar com o outro que pode perguntar por que a gente não sabe a gente ler estuda, mas a gente não sabe tudo o serviço social é muito amplo um leque muito complexo [...] mas essa é uma potencialidade a equipe. (ENTREVISTADO DA ESFERA ESTATAL).

Os usuários conforme apontou a entrevistada são potencialidades, quando estes se envolvem no processo de trabalho, quando estes se organizam para lutarem por seus direitos, reivindicam os serviços prestados se organizam enquanto classe que vivenciam de situações semelhantes naquele espaço institucional.

De acordo com o código de ética profissional essa organização dos usuários só é possível mediante ao trabalho dos assistentes sociais que precisam fazer com que essa população se reconheça enquanto um coletivo, que mostre aos seus usuários que os seus direitos estão sendo violados e apresentem alternativas para o acesso (BRASIL, [2012a]). O Código de Ética profissional aponta no Art. 5º que é dever do assistente social “a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (BRASIL, [2012a], p. 29).

Porém, não é interesse do contratante que esse usuário tenha ciência de seus direitos e o assistente social é “punido” muitas vezes pela instituição ao fazer com que os usuários se articulem, podemos observar esse caráter institucional na fala da entrevistada:

[...] recentemente a gente teve alguns episódios aqui que foi muito interessante ver essa articulação né desses usuários e eles procuraram ao serviço social e a gente foi trabalhando para eles que eles tinham a razão

ainda sabendo que a gente podia sofrer represarias por conta disso e às vezes a instituição ela vê de uma forma muito não sei se rigorosa é a palavra, mas é uma situação que perpassa assim os anos a gente ainda não conseguiu romper como se fosse uma punição, o funcionário ele é punido por aquilo que a instituição entende que não está certo que não sendo benéfico para o dirigente, puni como? Trocando de setor desarticulando o profissional muitas vezes dependendo do setor, transferindo o profissional de instituição dentro da mesma secretaria justamente porque o profissional esta buscando o melhor está buscando esclarecer a população a respeito daquilo que é correto, daquilo é necessário daquilo que é direito dele e isso é histórico, a gente fica muito triste em ver que isso ainda não acabou em 2007 quando eu era estudante de serviço social eu pensava nossa mais isso vai avançar e melhorar e a gente já melhorou muito e em pouco tempo eu não vou ver isso mais isso é coisa do coronelismo, mas não a gente ainda ver essas práticas de tentativa de perseguição, infelizmente é muito duro a gente encarar essa realidade e a gente precisa melhorar e avançar muito [...] (ENTREVISTADA NA ESFERA ESTATAL).

É diante dessa realidade contraditória colocada pelo sistema capitalista que observamos o processo de trabalho dos assistentes sociais, o Estado como já foi abordado por Iamamoto e Carvalho (2014) no início deste trabalho, além de ofertar o mínimo para a classe trabalhadora, ainda contribui para não efetivação de seus direitos.

Como podemos observar na fala da entrevistada, vemos que a instituição, só esta de acordo com aquilo que vai contribuir para os seus interesses e não é de interesse do Estado que os usuários se articulem se organizem, pois essa articulação pressionará a instituição em ceder diante das demandas que são direitos dessa população que está tentando acessar os serviços, e isso não é benéfico na visão institucional, pois gera despesas.

Neste sentido, podemos visualizar como uma fragilidade na efetivação do projeto ético-político a própria estrutura hierárquica da instituição uma correlação de força e poder por parte desta com os seus funcionários e usuários. O código de ética profissional aponta que é dever do assistente social: Art. 8º “c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;” (BRASIL, ([2012a]), p. 31).

Podemos observar que os profissionais mesmo sabendo que poderão sofrer diante do autoritarismo da instituição, que é totalmente repudiado pelo projeto ético-político profissional (NETTO, 1999), não deixam de cumprir com os seus deveres exercendo sua relativa autonomia e com aquilo que o código de ética e o projeto ético-político profissional orientam, percebe-se aí a equipe como potencialidade ao se unirem na tentativa de garantir o acesso dos usuários.

[...] mas a gente também não pode se deixar vencer por isso nem por isso a gente deixa de exercer o nosso trabalho a gente faz com muito cuidado, mas assim com muita técnica também sabendo que nós temos o embasamento, que nós temos um código de ética que nós temos a nossa profissão que é regulamentada, já aconteceu de eu mostrar até artigo, olha aqui esta no meu código de ética não vou fazer isso esta escrito aqui que eu não posso fazer, então agente tem um respaldo teórico metodológico e ético político a gente tem o nosso compromisso e a gente nunca pode perder isso de foco, então não é só a minha realidade aqui e eu acho que isso faz muita diferença porque os profissionais que eu trabalho hoje todos eles são efetivos são profissionais que estudam que buscaram uma qualificação que tem uma visão crítica da realidade então eu dei a sorte de estar nessa equipe é uma equipe que se ajuda muito que tem esse compromisso então eu acho que vem muito da formação também esse compromisso ético político com o usuário, acho que isso é uma questão que infelizmente esta se perdendo pelo o que a gente ouve em alguns relatos em alguns serviços por conta da formação, mas eu dei a sorte de estar em uma equipe que é muito ética e procura garantir isso tem sempre essa preocupação a própria equipe é uma potencialidade com certeza eu considero que é uma potencialidade a equipe (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

A entrevistada na fala acima trás outro elemento que é fundamental para a efetivação do projeto ético-político no que se refere à qualificação dos profissionais, Netto (1999, p. 16) aponta que:

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Outra fragilidade é a falta de entendimento dos outros profissionais acerca do que é o Serviço Social e as demandas espontâneas encaminhadas que não são de competências do assistente social.

[...] o Serviço Social dentro da política de saúde ele é visto muitas vezes como um profissional que não é essencial, por que a gente vive na logica curativista que saúde é falta de doença as pessoas não percebem ainda a saúde na sua integralidade um conjunto bio/psicossocial, moradia interfere na saúde a forma como essa pessoa vive a saúde mental dela todos os outros fatores que não tem como separar corpo social e mental então a gente ainda tem essa dificuldade das pessoas encararem entender que o serviço social esta para agregar que ele é mais um profissional importante, embora a gente tenha conquistado muito espaço e cada vez mais eu sinto isso que a gente já conquistou muito e a gente tem conquistado cada vez mais (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

Em relação às demandas espontâneas:

Ainda teve muita demanda para serviço social é claro que vem os ranços né “ah assistente social para entregar uma roupa”, “ah coitadinho vai lá e chama o assistente social” enfim as pessoas ainda tem aquela visão do assistente social que está ali para o assistencialismo meramente para o assistencialismo ou para aquilo que não é de ninguém, então temos um problema na instituição, não é do enfermeiro, não é do médico não do fono não é de ninguém então é do assistente social e a gente procura trabalhar

em uma lógica inversa, se é de todo mundo e não é de ninguém então também não é do serviço social se todo mundo pode fazer então não é exclusivo do assistente social (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

O código de ética no Art. 2º aponta que o assistente social tem “h- ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;” (BRASIL, [2012a], p. 26). Os assistentes sociais para lidarem com esses desafios precisam sempre está se articulando com os outros profissionais, não deixando fortalecer essas práticas que não são de suas competências, então é necessário sempre que possível fazer reuniões com a equipe no objetivo de sempre mostrar a visibilidade da profissão (BRASIL, 2010).

Outra fragilidade encontrada na esfera estatal é em relação ao espaço físico.

[...] a gente volta e meia esta se deparando com as mesmas questões, problemas físicos de sala né, onde que eu vou atender esse usuário, então hoje a gente tem uma sala aí muda a direção aí já vem discutir mesmo o espaço do assistente social “então vamos tirar você dessa sala vamos colocar todos os assistentes sociais na mesma sala”, não entendem que a gente precisa do sigilo é muita demanda para o assistente social, que o assistente social tem que escutar sozinho aquele usuário muitas vezes por conta da questão do sigilo, então vem umas propostas que atravessam mesmo, vem atravessadas e isso atrapalha mesmo o nosso processo de trabalho, nosso dia a dia, como você vai dar continuidade? Como você vai garantir uma qualidade e você vai encaminhar corretamente esse usuário? Como você vai trabalhar com uma qualidade nos serviços se você não tem o mínimo de garantia par que você efetive esse trabalho que é um espaço físico muitas vezes, um espaço físico adequado, reservado, e gente esta em constante luta por espaço físico, já trabalhei em outras instituições de espaços públicos todos sempre trabalhei em serviço publico e dentro da área de saúde, na politica de saúde sempre foi um dilema espaço físico para o assistente social trabalhar sala, então é como se fosse um privilegio você ter uma sala para você atender ao usuário, então você tem que brigar por isso também, tem que lutar por esse espaço e mostrar para aquilo que você veio e quando você tem uma boa articulação dentro da própria instituição que você consegue mostrar o seu trabalho e ter reconhecimento fica mais fácil e como eu falei a gente se une enquanto equipe (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

O código de Ética Profissional no Art. 7º também se posiciona a essa questão apontado que é direito do assistente social “a- dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;” (BRASIL, [2012a], p. 31). Observamos que o assistente social precisa sempre estar buscando seu espaço seja na esfera estatal como nas privadas e que é um processo lento até que seu espaço seja reconhecido pelo empregador. Apesar das limitações vemos que é possível a efetivação do projeto ético-político quando se tem uma equipe que se apoia e quando o assistente social se apropria do próprio projeto ético-político em sua atuação.

E por último foi apontado também como fragilidade na esfera estatal o número de assistentes sociais insuficientes para atender muitas demandas e a rotatividade desses profissionais com onda das terceirizações.

[...] você vê que não é uma estrutura só de base que isso é uma lógica do estado que existe uma conjuntura porque a nossa realidade aqui não está descolado do estado e de outras instituições que vivem da mesma forma, serviços sucateados, muito trabalho para poucos profissionais então virá uma rotatividade agora com essas ondas das terceirizações, então a gente vai enfrentar novos desafios aí pela frente e a própria desmobilização do serviço social [...] (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

Raichelis (2009) aponta que o número reduzido de profissionais para atender diversas demandas e as terceirizações são frutos das mudanças do mundo do trabalho, consequências da reestruturação produtiva que faz com os serviços estatais sejam sucateados e fragmentados. O Estado atribui as suas reponsabilidades sociais a organizações terceirizando os serviços contribuindo para a rotatividade dos trabalhadores comprometendo os usuários (RAICHELIS, 2009).

A seguir vamos abordar de acordo com Braz como o Projeto ético-político do Assistente Social pode se materializar.

4.3.3 A materialização do Projeto ético-político do Assistente Social

Braz (2009) aborda que para o projeto ético-político se materializar ele precisa de três dimensões, a primeira é a “dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social” essa dimensão é se refere ao conteúdo crítico e teórico em que o profissional precisa se apropriar no exercício de sua atuação, essa dimensão aponta que o projeto profissional não aprova posturas conservadoras dos profissionais e essas posturas não devem ser realizadas para que ocorra essa efetivação do projeto ético-político (BRAZ, 2009).

A outra dimensão abordada pelo autor é a “dimensão político-organizativa da profissão”:

Aqui assentam-se tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o Conjunto CEFESS/ CRESS (Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) (BRAZ, 2009, p. 82).

Essa dimensão aponta que no projeto ético político está em construção e através desses órgãos existe múltiplos pensamentos críticos que mostram o caráter

democrático do projeto (BRAZ, 2009). A última dimensão é a “dimensão jurídico-política da profissão” que se refere às legislações e documentos entorno da profissão, o autor cita o Código de ética profissional, a Lei de regulamentação da Profissão, as novas Diretrizes curriculares e a própria Constituição de 1988 (BRAZ, 2009). O autor aponta que para o projeto ético político se efetivar é necessário que entenda essas dimensões em conjunto, tendo a perspectiva que o projeto é construído coletivamente (BRAZ, 2009).

“O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas realidades” (BRAZ, 2009, p. 83). Podemos concluir, portanto de acordo com Braz (2009) que o que vai explicar as potencialidades e fragilidades na efetivação do projeto ético-político do assistente social é as relações contraditórias em que os seus processos de trabalhos estão envolvidas e o como esse profissional se posicionará diante dessa realidade.

4.4 DEMANDAS POSTAS PELA INSTITUIÇÃO AOS ASSISTENTES SOCIAIS E AS DEMANDAS DOS USUÁRIOS NA ESFERA ESTATAL

Sendo perguntada a cerca das demandas postas pela instituição empregadora a assistente social respondeu:

[...] essas demandas muitas vezes vem equivocadas para o Serviço Social, direcionadas por outros profissionais pela própria direção de forma equivocadas ate mesmo pela visão estereotipada do serviço social que é difícil de romper como eu falei, já melhorou muito, mas ainda tem que mostrar mais a potencialidade e capacidade do serviço social por que o profissional de Serviço Social geralmente ele é muito atarefado muito sobrecarregado com muitas atividades e a gente sente uma dificuldade de ocupar o outro espaço por conta de tempo então se você tem muitas demandas na sua porta para um atendimento individual vai te faltar tempo para ocupar outros espaços de conselhos, embora a gente veja que a própria equipe faz um esforço, poderia ser melhor, a gente poderia trabalhar mais na humanização, a gente poderia desenvolver outros projetos, mas a gente fica muito por conta da assistência, de repente trabalhar mais a promoção da saúde, a assistência ela sobrecarrega muito a gente por conta mesmo daquilo que eu falei por poucos profissionais e muitas demandas (ENTREVISTADA NA ESFERA ESTATAL).

A entrevistada aponta mais uma vez para a questão das demandas que não são de competências do serviço social como já mencionamos no item anterior, essa relação se dá justamente pelo desconhecimento que a própria instituição tem acerca do

Serviço Social, nesse sentido, ela aborda que os profissionais precisam sempre mostrar suas potencialidades diante desses enfrentamentos institucionais.

Essas demandas não devem limitar a atuação do profissional, lamamoto (2004) aponta que o assistente social possui uma relativa autonomia em seu trabalho, essa autonomia é possível através da condição de trabalhador liberal, ela aborda que o profissional não possui os meios suficientes para efetivação de seu trabalho então ele recorre às instituições que o empregam, nesse sentido a instituição demanda dos profissionais que esses atendam seus interesses, porém o profissional detém a sua força de trabalho e é respaldado pelo seu projeto ético-político e código de ética profissional para que não atenda demandas que não de suas competências.

A instituição além de não compreender a real competência do assistente social, subentende que o profissional está ali muitas vezes para atender demandas assistencialistas como foi mencionado pela entrevistada da esfera estatal “ah o assistente social para entregar uma roupa” atribuindo ainda um caráter conservador a profissão. Pontes (2002) aborda que o profissional de Serviço Social para enfrentar essas questões conservadoras em seu ambiente profissional precisa se apropriar da categoria mediação que vai trazer repostas para esse profissional entender sua confusa realidade.

Recorde-se que o Serviço Social é uma das profissões inscrita na divisão sociotécnica do trabalho na ordem social capitalista madura e caracteriza-se por ser uma profissão interventiva. Por isso necessita, além de conhecer a realidade na sua complexidade, criar meios para transformá-la na direção de determinado projeto socioprofissional. Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-la cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais em que atuam. Este enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica a altura de sua complexidade. É nesse ponto que a categoria de mediação aporta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção dos assistentes social [...] (PONTES, 2002, p.43).

De acordo com o autor, essa categoria é desenvolvida a partir do autodesenvolvimento da profissão nos anos de 1990 e sua inserção na universidade como já foi mencionado no referencial teórico, abordado por lamamoto (2004).

Ainda sobre as demandas a entrevistada aponta que:

[...] também tem as demandas que vem no fluxo correto para gente, a gente recebe muitas demandas de juizado de acompanhamento de famílias que chegam aqui com muitas necessidades mesmo com muita vulnerabilidade, muito abandono muita negligencia, muita violação de direitos, muita violência, então as crianças e adolescentes estão vivendo isso, e a gente aqui nesse papel de garantir direitos e de encaminhar essas crianças para os serviços de proteção para a rede de proteção, então isso é um trabalho

muito marcante é uma demanda muito marcante para o serviço social, a questão de drogas ela perpassa pela sociedade o uso de substâncias psicoativas então a gente recebe aqui muitas mães e muitos pais usuários de drogas e isso tem um reflexo na vida das crianças, claro que nem todo usuário de droga é caso de encaminhamento, mas quando a gente percebe um comprometimento real na segurança dessa criança na violação de direitos a gente toma as medidas, a gente aciona os mecanismos de defesa para essa criança, então essa é uma demanda muito forte e outras demandas que a gente tem do próprio reconhecimento do usuário que já sabe que o assistente social é o profissional que vai escutar que vai acolher que vai tentar entender a angústia que ele trás a dificuldade que ele representa na instituição para poder encaminhar ele corretamente então a gente recebe assim demandas variadas aqui dentro, claro dentro do setor, mas direcionadas na área de criança e adolescente na saúde (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

Como já mencionamos o Serviço Social tem o seu processo de trabalho para a questão social abordada por Iamamoto e Carvalho (2014) como a contradição entre o capital e trabalho, nessa relação de dominação e exploração que o sistema capitalista exerce sobre a classe trabalhadora, essa contradição resulta nas expressões da questão social na fala da entrevistada podemos perceber essas expressões no que se refere ao abandono, violência, violação de direitos, que são colocadas aos assistentes sociais como demandas dos usuários.

Behring e Santos (2009, p. 273) apontam que:

Só com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender, evitando os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexificadas transformadas que as expressões da questão social contemporânea colocam para a profissão.

Quando perguntado se as demandas dos usuários são atendidas:

Grande parte eu acredito que sim, grande parte, tem uma equipe que se envolve muito aqui no serviço social a gente tenta dar conta apesar de toda a dificuldade tudo o que eles trazem para a gente a gente tem o cuidado de não deixar sem respostas a gente anota a gente já tem uma metodologia em que a gente registra se a gente não conseguir responder em um dia a gente responde no dia seguinte a gente tem o cuidado de dizer assim hoje eu não consigo, mas amanhã te dou um retorno então em sua grande maioria não fica sem repostas, não posso dizer assim ah 100 % não passa nada, mas acredito que a grande maioria sim essas demandas são atendidas pelo serviço social (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

Diante do exposto podemos constatar que o assistente social atua nas relações contraditórias do Estado com o seus usuários, pois ele é o responsável por causar a violação de direitos dessa classe e é ele quem fornece os meios para que o serviço social intervenha nessa contradição ao mesmo tempo em que coloca sobre as profissionais demandas que não tem haver com o seu processo de trabalho dificultando a garantia de acesso dos usuários. Nesse sentido, podemos perceber a grande complexidade que envolve o processo de trabalho do Serviço Social.

4.5 DEMANDAS POSTAS PELA INSTITUIÇÃO AOS ASSISTENTES SOCIAIS E AS DEMANDAS DOS USUÁRIOS NA EMPRESA PRIVADA

Já a profissional da empresa privada quando perguntada sobre as demandas postas pela instituição disse que:

A principal demanda da instituição é garantir o atendimento para essa criança e esse adolescente e sua família do entorno da empresa e garantir esse atendimento acesso a orientação esportiva e cidadania e contraponto também a gente conseguir manter a meta de atendimento que a empresa ela quantifica dados ela consegue visualizar que esse projeto esta dando certo que a gente esta alcançando nosso objetivo através de atendimento, então cada hora de atividade física de atividade no projeto é uma hora de atendimento e tem x atendimentos, cada falta desse aluno ou aluna é menos x atendimentos, então assim a empresa reconhece uma demanda de atendimento e a meta, meta que a gente traça de uma ano para o outro precisa ser batida ou minimamente alcançada (ENTREVISTADA DA EMPRESA PRIVADA).

E se as demandas dos usuários são atendidas:

Então dentro daquilo que se propõe o projeto acredito que não 100% mas uma boa parte sim né como eu te falei tem a questão do lanche, então o lanche é uma demanda dos usuários. A questão de outros espaços, quais são a demandas além das demandas por atividades, geralmente assim as avaliações dão muito positivas a gente percebe que há uma satisfação muito boa, mas no geral eles pedem, há um passeio, uma visita a um espaço diferenciado, então a gente tem alguns limites institucionais que não nos permitem sair do espaço da unidade, então assim, algumas demandas não são atendidas, mas na sua grande maioria o que se propõe ao objetivo geral do projeto que é da essa orientação esportiva da um espaço de atividade fica do contra turno escolar isso aí a gente percebe que há uma satisfação boa entre 80 e 90 % de satisfação então a gente percebe que a gente alcança (ENTREVISTADA DA EMPRESA PRIVADA).

A empresa demanda metas de atendimento onde estabelece um quantitativo de aluno que esse projeto precisa atender, a entrevista aponta que essa meta é traçada de um ano para outro e é exigência do contratante que essa seja minimamente alcançada. “as empresas sofisticam os mecanismos de adequação do comportamento produtivo aos novos métodos de produção, buscando obter a adesão do trabalhador às metas e qualidade e produtividade” (AMARAL; CESAR, 2009b, p. 417).

Pressupõe-se que se os números de atendimentos não forem alcançados o projeto pode deixar de funcionar, outro ponto é a questão do lanche que como já mencionamos é contraditório, pois analisando do âmbito que é projeto social onde se praticam esportes, logo a participação do aluno está condicionada a levar o

lanche partido do pressuposto que estes não devem fazer exercícios por um período sem se alimentar.

Ao participar dos projetos sociais, o profissional é reconhecido, pela empresa, como portador de um conhecimento específico e de um instrumental de trabalho capaz de propiciar a leitura da realidade e a elaboração de propostas de atuação. Assim, o assistente social é visto como capacitado para identificar as demandas internas e externas, efetuar a análise delas, sugerir, planejar, executar ações e avaliar os seus resultados (AMARAL; CESAR, 2009a, p. 442).

Neste sentido, o profissional deve fazer uma leitura da realidade identificando quais são as demandas desses usuários, quais estão sendo as demandas da instituição se essas estão atendendo a população que está utilizando desses serviços e intervir, conforme abordado pelas autoras, sugerindo, planejando para garantir o acesso de seus usuários.

Porém, as autoras ainda apontam que:

Atuando nos “programas de responsabilidade social” das empresas e suas fundações, o assistente social é requisitado para levantar demandas e necessidades, operar com recursos para atendê-las, racionalizar e administrar sua distribuição e, ainda, controlar o acesso e o uso dos serviços sociais pelos “assistidos” (AMARAL; CESAR, 2009a, p. 445)

Podemos então concluir que a empresa apresenta uma seletividade racionalizando seus serviços e aí voltemos mais uma vez para o que aponta nosso projeto ético-político no que se refere à dimensão política “ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais” (NETTO, 1999, p. 16). Podemos perceber os desafios institucionais na universalização de seus serviços prestados a comunidade de entorno.

4.6 OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTAL E NA EMPRESA PRIVADA

Em relação aos desafios encontrados no ambiente de trabalho os profissionais responderam que:

Os desafios como eu falei são esses mesmo da visibilidade do serviço social de fazer com que a instituição perceba o verdadeiro trabalho, que não é de um dia para o outro que você alcança isso que existe toda uma logica toda uma estrutura que trabalha em um caminho a longos anos então é um trabalho cotidiano, de trazer a sua técnica de mostrar para aquilo que você esta a serviço daquilo que é pertinente ao serviço social e aquilo que não é então essa confusão eu vejo como um desafio, mas um eterno desafio que

a gestão ela muda então quando você esta com tudo certinho que você ver que a equipe esta caminhando bem a equipe esta entendendo aí vem outra, então muda boa parte dos profissionais e você precisa começar novamente o trabalho a recomeçar, isso exige folego é um desafio para gente, à questão mesmo da falta de profissionais nesse ambiente, a rotatividade de profissionais a gente trabalha muito em equipe então a gente precisa mesmo do outro a gente precisa do olhar do outro a gente vai agregar com o nosso olhar então esses são os desafios que eu vejo e a própria tensão que existe muitas vezes de você dar conta de tanto serviço de tanta coisa então a equipe fica muito tensa às vezes (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

A gente já acabou colocando um pouco isso a partir das fragilidades, a ausência da coordenação à falta de um coordenador local para equipe, acho que é um desafio muito grande considerando as características institucionais né em contra ponto as características institucionais por se tratar de uma empresa privada, uma empresa tradicional hierárquica eu acho que aí é uma questão é um desafio, estrutura ser muito antiga então não oferta tanta comodidade aos usuários, como sanitários suficientes, espaço mais arejado por ser uma estrutura um pouco antiga (ENTREVISTADA NA EMPRESA PRIVADA).

A partir das repostas das entrevistadas percebemos que não é fácil atuar nessa realidade que as relações sociais que envolvem esses profissionais é sufocante. A profissional na esfera estatal sofre com a rotatividade da gestão assim como a da empresa sofre pela falta de um coordenador presente no cotidiano da equipe multidisciplinar.

Apesar de não ser fácil atuar sobre essa realidade os profissionais de Serviço Social precisam se aprofundar nela, pois é mediante a ela que eles conseguem entender as relações sociais que os envolvem, o assistente social como já mencionamos trabalha nas relações sociais entre o Estado e a classe trabalhadora e essas são no sentido de entender as correlações de forças e as contradições que envolve esse processo e se opor a essas relações (NETTO; CARVALHO, 1996).

Esses desafios trazem uma tensão ao meio profissional, pode-se observar que mediante as falas das profissionais o seus maiores desafios estão nas instituições que não reconhecem o trabalho desses profissionais que não proporcionam uma estrutura adequada, tanto física, quanto profissional, onde existem muitas demandas para pouco profissionais e esses desafios são colocados tanto para os profissionais que atuam na esfera pública e em empresa privada ambos não estão isentos dessas contradições.

Porém Netto e Carvalho (1999) apontam que esses desafios do cotidiano não podem ser superados justamente por essas relações contraditórias que o sistema capitalista apresenta, no entanto os autores apontam que o que o profissional

precisa fazer é suspender essa cotidianidade se não ele cai na alienação, ele precisa se apropriar dessa realidade e de acarbouços teóricos de sua profissão para atuar sobre ela.

Para isso, é fundamental continuar investindo na consolidação do projeto ético- político do Serviço Social, no cotidiano de trabalho profissional, que caminhe na direção do desenvolvimento da sociabilidade pública capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos (RAICHELIS, 2009, p. 390).

4.7 COMO TRABALHADORES ASSALARIADOS OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA NA ESFERA ESTATAL E NA EMPRESA PRIVADA

Iremos descrever quais os desafios encontrados no exercício da autonomia considerando o Assistente Social como um trabalhador assalariado.

Como já mencionamos de acordo com lamamoto (2004) o serviço social apesar de ser considerado como uma profissão liberal não possui os meios necessários para efetivação desse trabalho, por isso ele precisa dos recursos institucionais para exercê-lo, porém a instituição seja ela pública ou privada por comprar a força de trabalho do assistente social estabelece prioridades para esse profissional cumprir, prioridades essas que na maioria das vezes não está relacionada aos usuários,

Essa questão pode ser observada na fala da entrevistada:

[...] a gente tem uma autonomia a gente da o nosso parecer de colocar a nossa visão técnica especializada, mas como eu coloquei antes a gente enfrenta né porque no fundo você é funcionário você depende do seu salário você é um servidor como qualquer outro então a gente esta a serviço do usuário nessa contradição onde muitas vezes a própria gestão não tem interesse em ter esse usuário de garantir esse direito ou varias questões existe um discurso no SUS, mas que na prática acontece diferente existe uma inversão o SUS a gente sabe que está tudo colocado à questão da participação o próprio conselho gestor que deveria deliberar sobre a própria organização do serviço sobre aquilo que é bom para o serviço que não é em muitas vezes essas decisões do conselho gestor não são respeitadas, então a gente vê a partir dai que não existe essa compreensão real, não é o interesse do usuário que vem em primeiro lugar né infelizmente as instancias muitas vezes não são respeitadas de participação coletivas, os profissionais não são escutados, não existe um canal direto de participação fora o conselho gestor onde a gente possa colocar as nossas ideias onde a gente possa se expressar então a instituição tenta o tempo todo tolir a gente, vocês são servidores vocês estarão no período probatório eu te avalio a cada seis meses você tem uma avaliação porque diferente do que se prega o profissional o servidor público ele tem avaliações periódicas de desempenho onde tudo é avaliado (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

Como uma profissão reconhecida como liberal o assistente social tem uma autonomia sobre o seu trabalho, porém a autora faz uma reflexão que essa autonomia é relativa, justamente porque o contratante é que fornece esses meios de efetivação (IAMAMOTO; 2004).

Diante disso, e da fala da entrevistada, podemos observar que o maior desafio é que o assistente social é um trabalhador assalariado e como qualquer trabalhador que vende sua força de trabalho ele também precisa desse salário, então vemos que a instituição ela não cumpri com aquilo que é proposto pelo conselho gestor no que se refere à melhoria de serviços para os usuários, o profissional não é ouvido e a própria instituição não faz questão de oferecer recurso para ouvi-lo não existindo uma participação coletiva como foi dito pela entrevistada.

Outra questão apontada pela entrevistada é que o profissional como um servidor público ele é avaliado de seis em seis meses e tendo também um período probatório onde pode ser definido se ele vai continuar exercendo esse cargo ou não dependendo da avaliação de seu contratante o que é um grande desafio nesse exercício.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito (IAMAMOTO, 2009, p. 348).

Em outras palavras o que lamamoto (2009) aborda é que o mesmo assistente social sendo um profissional que com total liberdade em seu trabalho, muitas vezes ele vai encontrar desafios nas instituições por ser um trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho como qualquer trabalhador, no entanto é um desafio também que os assistentes sociais se apropriem dessas relações históricas para poder intervir diante dessa realidade.

Em relação à entrevistada da empresa privada mediante aos seus desafios como trabalhadora assalariada ela responde:

[...] algumas questões relacionadas ao exercício ético político do assistente social ficam comprometidas, comprometidas entre aspas, embora a gente mostre a lei a gente comprove mostre para os colegas de equipe as vezes

eles questionam, acham um absurdo, então a gente pensa que é uma falta de respeito, e a gente leva isso para a nossa direção imediata mas assim a gente percebe que não existe um movimento da direção em reconhecer isso, fortalecer isso que é algo legal, não é algo pessoal é algo legal, então assim a gente percebe que em algumas questões como atendimento a equipe multiprofissional quer ficar o tempo todo, então a gente já combinou que vai fazer um atendimento com os profissionais e depois em seguida a gente vai fazer o nosso específico [...]

Podemos perceber que seu maior desafio está na luta pelo sigilo profissional que é garantido pelo Código de Ética que a instituição não reconhece que este sigilo é fundamental para o processo de trabalho o código aponta que “Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional” (BRASIL, [2012a], p.35).

Porém lamamoto (2004) aponta que a instituição não pode e não é condicionante para que esse profissional faça o seu trabalho apesar desses desafios, pois o profissional detém a sua força de trabalho então ele precisa se articular, ser um profissional teórico metodológico, técnico-operativo, ético-político, entendo que seu trabalho é coletivo e assim garantindo e contribuindo para efetivação de seu projeto-ético-político (NETTO, 1999).

A seguir vamos identificar qual é a visão do empregador mediante á viabilização de direitos dos usuários.

4.8 A VISÃO DO EMPREGADOR NO QUE SE REFERE À VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS DOS USUÁRIOS

De acordo com lamamoto (2004) em seu processo de trabalho os assistentes sociais trabalham na viabilização de direitos para os seus usuários ela afirma que essa viabilização não acontece apenas de forma material é mais do que isso é na realidade desses sujeitos é em seus processos de sobrevivência nessa sociedade.

Diante disto as entrevistadas responderam qual é a visão de seu empregador nessa viabilização de direitos dos usuários.

Eu gostaria que de uma forma geral que a própria estrutura eu vou falar enquanto instituição, que instituição lembrasse que sempre é um direito nem sempre isso é lembrado que a pessoa esta aqui por que ela tem o direito de estar aqui ela tem o direito de ter o acesso, ela tem o direito de questionar ele tem o direito de entender, a gente precisa lembrar isso e muitas vezes o próprio profissional de serviço social tem que lembrar os outros profissionais e a própria gestão que se trata de um direito e não de um favor, então claro que a gente não generaliza temos profissionais maravilhosos temos bons gestores mas de uma forma geral isso nem sempre é lembrado que se trata de um direito então a própria questão de

entender de impedir o acesso a gestão já mostra como é essa percepção porque se eu entendo que o outro não deve chegar a até mim porque eu não entendo que o outro tem um direito que não está sendo garantido e partir do momento que eu impeço ele acabo de restringir mais um direito então eu vejo que não é uma lógica que é só desse espaço ela não está descolada de todo um contexto de uma conjuntura maior da própria dinâmica capitalista mesmo de não ver as pessoas como pessoas como cidadãos de direitos que pagam seus impostos como usuários mas sim como números como mercadorias como dinheiros (ENTREVISTADA DA ESFERA ESTATAL).

A instituição como foi apresentado pela entrevistada não reconhece que o usuário está ali porque é direito dele, o pensamento por muitos profissionais e gestores é de prestação de favores e olhando nesse âmbito acham que podem fazer de qualquer forma. Essa relação se explica como é abordada por Netto e Braz (2007) pela forma como o sistema capitalista se desenvolve a partir da exploração da classe dominada visando sempre o lucro negando a ontologia do ser social.

Já em relação à empresa privada a entrevistada aponta:

Então assim do que eu estou trazendo como limites né na questão da viabilização de direitos, no geral no que a instituição pode promover a gente observa uma acolhida boa da direção, hora com relação à questão de denuncia a questão de crianças que tem situações de conflitos de negligência, a gente percebe em alguns momentos assim, o receio da direção em que o nome da empresa seja exposto e assim isso vai para o jurídico isso vai para não sei aonde então é melhor não denunciar, isso não que o profissional não denuncie não que a gente não denuncie não que a gente não busque articular de alguma forma a rede e de saber como é que esta sendo tratada essa criança, a gente não é negligente, mas quando você leva uma determinada situação para a sua chefia imediata, pede-se que a gente resolva o máximo possível dentro da nossa atuação e que a gente não leve para órgãos fora que venha expor o nome da empresa, não que proíba a gente de denunciar, mas para evitar a exposição do nome da empresa inclusive com a família, então, mas a gente não deixa de fazer toda a vinculação tudo que é necessário fazer e a denuncia também a gente não faz institucional, mas agente busca outros meios para fazer a denuncia.

Diante da questão social as empresas tentam “[...] afastar qualquer discussão politizadora sobre a questão social, deslocando-a do campo da política, privando-a de uma contextualização classista e destituindo-a de suas correspondentes ideologias” (AMARAL; CESAR, 2009a, p. 444).

Observamos que o que importa para a empresa é a forma como o seu nome é visto na sociedade, e que prioridade não é o usuário e sim contribuir para manter sua aparência. As autoras apontam que “prevalecem a lógica dos interesses corporativos, vistas à obtenção de resultados vantajosos com o desenvolvimento de ações sociais seja depurando a imagem da empresa e potencializando o marketing institucional” (AMARAL; CESAR, 2009a, p. 445).

Essa relação a qual ela coloca ao profissional acaba limitando e dificultando o seu processo de trabalho, se a profissional não pode usar o nome da empresa para denunciar uma negligência social sofrida por essas crianças e adolescentes ela terá que buscar outros meios para denunciar e se ela não busca acaba sendo negligente assim como a instituição o que fere os princípios e artigos do código de Ética profissional e o Projeto Ético- político.

“O desafio do profissional consiste justamente na reorientação de seu cotidiano de acordo com a correlação de forças existentes, para facilitar o acesso da população ao saber sobre elas mesmas, aos recursos disponíveis e ao poder de decisão” (FALEIROS, 2001, p. 55).

Neste sentido, concluímos que essa correlação de forças e os desafios na viabilização de direitos vão ser encontrados pelos usuários em todos os espaços sócio ocupacionais sejam eles públicos ou privados, pois como já tratamos essa relação é a realidade do sistema capitalista, enquanto perdurar esse sistema as contradições vão continuar existindo. O que fará a diferença nesse cotidiano é justamente o que Faleiros (2001) aponta que é como o assistente social irá reorientar o seu cotidiano profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve o objetivo geral de descrever o processo de trabalho do Assistente Social na esfera privada e na empresa privada da Grande Vitória, neste sentido foi abordado no referencial teórico a trajetória do Serviço Social desde o surgimento da profissão até sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Abordamos também o debate sobre a categoria trabalho na visão marxista, as mudanças no mundo do trabalho e o processo de trabalho do Serviço Social, sendo possível observar como as metamorfoses do mundo do trabalho atingiu o processo de trabalho do assistente social.

Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, foi realizado duas entrevistas, uma com a assistente social da esfera privada e outra na empresa privada no intuito de descrever como estas descrevem os seus processos de trabalho, diante desse objetivo consideramos que as falas não nos permitem uma compressão dos processos de trabalho em sua totalidade, não abrangendo todos os seus elementos, sendo este entendido como um conjunto de técnicas.

Em relação as potencialidades na efetivação do projeto ético-político pode-se observar que as falas tanto da esfera estatal quanto da empresa privada estão de acordo com a estrutura do projeto ético-político e com as dimensões para materialização deste. Já as fragilidades na efetivação do projeto ético-político percebe-se na empresa privada que algumas destas estão voltadas mais para a

questão de desafios encontrados no exercício profissional do que para efetivação do projeto considerando o que está escrito no Código de Ética do Assistente Social.

Já outras fragilidades podem ser identificadas na esfera estatal como as contradições sociais que envolvem o exercício profissional, como a rotatividade de funcionários causada pelas terceirizações na esfera estatal, quando a instituição se nega na efetivação de direitos dos usuários, os impactos gerados pela reestruturação produtiva do capital que gera mais desemprego, não tendo profissionais de Serviço Social suficientes para atender as demandas, os problemas estruturais na instituição que não oferece uma condição de atendimento qualificado para os profissionais atenderem seus usuários.

No que se refere às demandas postas aos assistentes sociais, verificamos que na esfera estatal algumas dessas são encaminhadas aos assistentes sociais de maneira equivocada pela instituição muitas vezes por entenderem a profissão diante de uma lógica conservadora o que exige dos profissionais que posicionem e não fortaleçam essas práticas e as demandas que ocorrem no fluxo correto que são as demandas que são advindas dos usuários que são identificadas e encaminhadas de acordo com suas necessidades.

Em relação ao atendimento das demandas dos usuários por parte dos assistentes sociais podemos concluir que os profissionais apesar das dificuldades por terem poucos profissionais para atenderem as demandas garantem que seus usuários não fiquem sem respostas. No que se refere à instituição estatal percebemos diante das falas que o Estado contribui para não efetivação de direito aos seus usuários.

Na empresa privada podemos observar que a instituição demanda que o assistente social esteja no controle de metas e no atendimento dos usuários, já em relação as demandas dos usuários a empresa privada não atende não possibilitando os recursos suficientes para que os usuários permaneçam no projeto social.

Em relação ao último objetivo específico que é identificar os desafios no exercício profissional, percebemos que o desafio é atuar diante da contradição social a qual o sistema capitalista coloca, é a condição de trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho para seus empregadores, no que se refere a esfera estatal seu desafio esta na instituição de não cumprir com o que é posto pela legislação no que se refere aos direitos dos usuários.

Na empresa privada os desafios também que se negam diante das expressões da questão social se preocupando apenas em manterem o nome e reconhecimento da instituição quando esta conforme apontada pela entrevistada se nega em registrarem as denúncias de negligências sofridas pelos usuários, tendo o assistente social que buscar outros meios que não envolvam o nome da empresa para garantir que esses usuários tenham acesso e seus direitos efetivados.

Considera-se que a condição de trabalhador assalariado tanto do assistente social na esfera estatal quanto na empresa privada se assemelham em vários aspectos, de um lado observamos os desafios postos pelo estado e de outro os desafios colocados pelas empresas e o que fará a diferença é como esses profissionais se apropriarão dos arcabouços teóricos que envolvem o Serviço Social, atuando diante da realidade, sempre em consonância com o Código de ética profissional e contribuirão para efetivação do projeto ético-político.

REFERÊNCIAS

ABESS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Caderno ABESS n.7.** Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2017.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 411- 425.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR Monica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 429- 447.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. Ed. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

BAPTISTA, Dulce Maria T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio. 1. ed. São Paulo: Veras, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009. 267- 281.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, [2012a]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf > Acesso em: 20 de set. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012b. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2017.

BRASIL, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CEFESS, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf> Acesso em: 06 de out. de 2017.

BRAZ, Marcelo. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Assistente Social: Ética e Direitos – Coletânea de Leis e Resoluções Volume I**. 5. ed. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, 2009.

FACULDADE SANTO AGOSTINHO. **De consentimento livre e esclarecido (TCLE)**. [200-]. Disponível em: < <https://www.fsanet.com.br/institucional/comite-de-etica/tcle>>. Acesso em: 16 de jun. de 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Lúcia M. de B. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: Espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRANEMANN, Sara. O processo de reprodução social: trabalho e sociabilidade. Produção e reprodução da vida social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 223-237.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo II**, Brasília: UNB/CEAD, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 67- 79.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4 - O trabalho do assistente social e as políticas sociais**, Brasília: CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2017.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 341-371.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>> Acesso em: 06 de out. de 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. 1. ed. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: livro I**. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al.,. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 9-27.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999. Disponível em: <<http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 377-390.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** : Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: O Processo de trabalho do Assistente Social na esfera estatal e empresa privada da Grande Vitória.

Pesquisador professor responsável: Elisângela Maria Marchesi / RG: / Contato telefônico: / Email:

Aluno pesquisador: Thalita Souza Rocha / RG: / Contato telefônico: / Email:

Natureza da pesquisa: Descrever o processo de trabalho do Assistente Social em esfera estatal e empresa privada da Grande Vitória.

Sujeitos participantes da pesquisa:

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, cuja intenção é Descrever o processo de trabalho do Assistente Social em esfera estatal e empresa privada da Grande Vitória. Sua colaboração é de fundamental importância para a realização desta pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e isto não acarretará custos ou danos aos sujeitos participantes desta. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento, sua recusa não trará prejuízo ao pesquisador ou a instituição.

A participação dos sujeitos consistirá em fornecer depoimentos sobre o processo de trabalho do profissional de Serviço Social no espaço sócio ocupacional. As informações poderão ser gravadas e anotadas pela pesquisadora, através de

equipamentos eletrônicos. O material será deletado após a reescrita, impedindo que outras pessoas tenham acesso às informações obtidas.

Certificamos que posteriormente a finalização da pesquisa, os dados obtidos serão destruídos, evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Serviço Social do Centro Universitário Católica de Vitória, preservando seu anonimato e, posteriormente, poderá ser publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

O participante da pesquisa receberá uma via de igual teor e forma do documento por este assinado, onde constam informações sobre a pesquisa, os contatos do pesquisador principal e da estudante pesquisadora, com quem poderá esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e sobre sua participação em qualquer momento da realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Católica de Vitória.

Consentimento do Sujeito participante da pesquisa

Eu declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido sobre pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

DATA: _____/_____/_____

Assinatura do Participante Voluntário

Assinatura do Aluno Responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você poderia descrever como é o seu processo de trabalho?
2. Quais as potencialidades do seu trabalho e da efetivação do projeto ético político?
3. Quais as fragilidades encontradas na efetivação do projeto ético político?
4. Quais são as demandas postas pela instituição?
5. E as demandas dos usuários? Elas são atendidas?
6. Quais os desafios encontrados no ambiente de trabalho?
7. Como trabalhador assalariado quais desafios você encontra no exercício da autonomia?
8. Como se processa a viabilização de direitos no que se refere aos usuários e como o seu empregador enxerga essa questão?
9. Algo que você gostaria de dizer que não foi abordado?